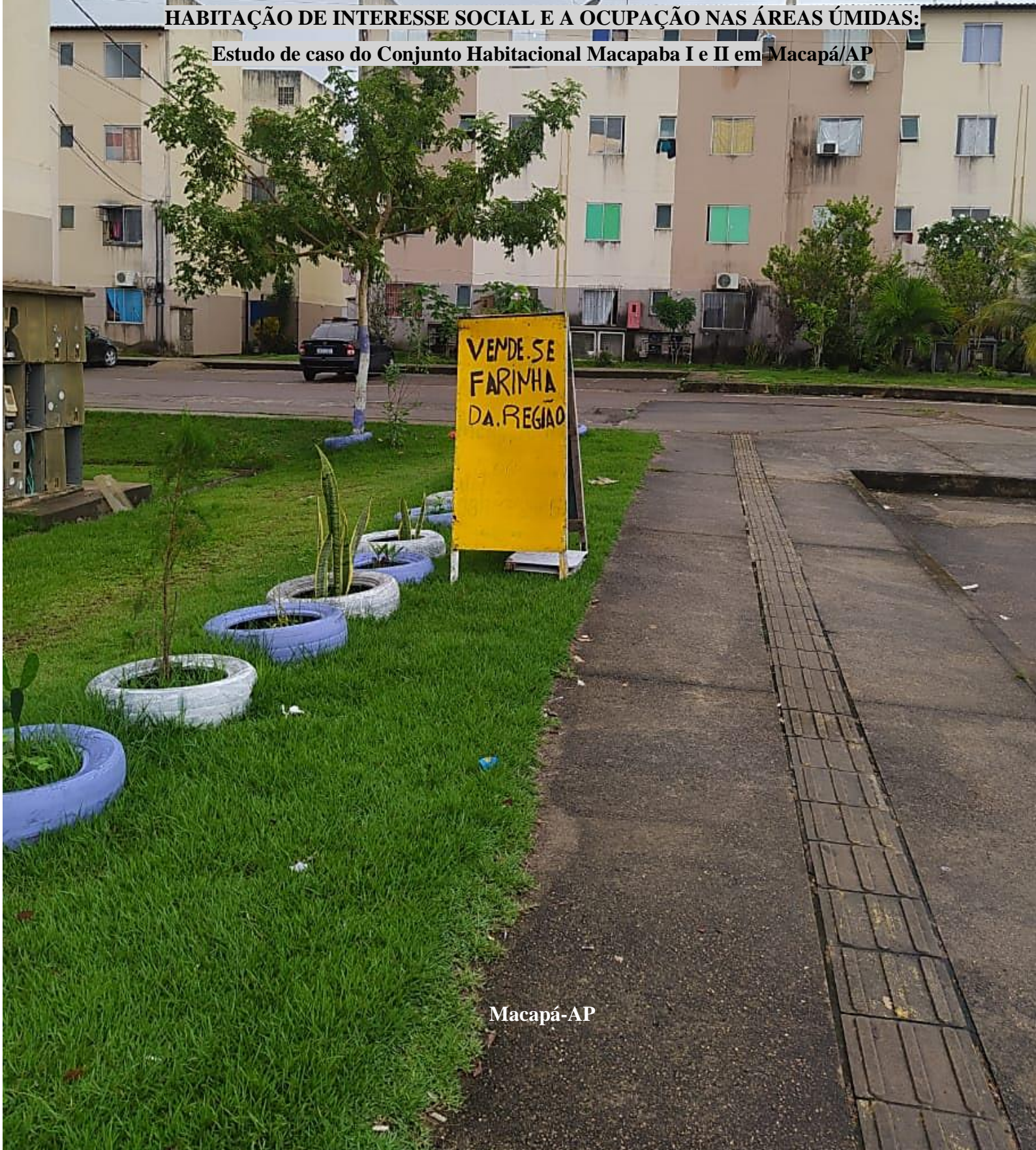




PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO EM GEOGRAFIA
ANA VALÉRIA DE ALMEIDA PINHEIRO
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A OCUPAÇÃO NAS ÁREAS ÚMIDAS:
Estudo de caso do Conjunto Habitacional Macapaba I e II em Macapá/AP



Macapá-AP

ANA VALÉRIA DE ALMEIDA PINHEIRO

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A OCUPAÇÃO NAS ÁREAS ÚMIDAS:
Estudo de caso do Conjunto Macapaba I e II em Macapá/AP**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Daginete Maria Chaves Brito

**Macapá-AP
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Jamile da Conceição da Silva– CRB-2/1010

Pinheiro, Ana Valéria de Almeida.
P654h Habitação de interesse social e a ocupação nas áreas úmidas: estudo de caso do conjunto Macapaba I e II em Macapá/AP / Ana Valéria de Almeida Pinheiro.- 2022.
1 recurso eletrônico. 93 folhas.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Macapá, 2022.
Orientadora: Professora Doutora Daguinete Maria Chaves Brito.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).Inclui

referências e anexos.

1. Política habitacional – Macapá (AP). 2. Habitação popular. 3. Habitação – Aspectos sociais. 4. Ocupação dos espaços. 5. Ressacas. I. Brito, Daguinete Maria Chaves, orientadora. II. Título.

Classificação Decimal de Dewey, 22. edição, 910.1

PINHEIRO, Ana Valéria de Almeida. **Habitação de interesse social e a ocupação nas áreas úmidas**: estudo de caso do conjunto Macapaba I e II em Macapá/AP. Orientadora: Daguinete Maria Chaves Brito. 2022. 93 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Campus Marco Zero, Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Macapá, 2022.

ANA VALÉRIA DE ALMEIDA PINHEIRO

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A OCUPAÇÃO NAS ÁREAS ÚMIDAS:

Estudo de caso do Conjunto Macapaba I e II em Macapá/AP

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

Linha de Pesquisa: **Sociedade e dinâmicas territoriais.**

Banca examinadora:

Profª Drª DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO
Orientadora - PP GEO/UNIFAP

Prof Dr JODIVAL MAURÍCIO DA COSTA
Coorientador - PP GEO/UNIFAP

Profª Drª ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA
Examinadora Titular Interno - PP GEO/UNIFAP

Prof Dr JOVENILDO CARDOSO RODRIGUES
Examinadora Titular Externo ao PP GEO/UNIFAP

Prof Dr EMMANUEL RAIMUNDO COSTA SANTOS
Suplente Interno – PP GEO/UNIFAP

Macapá-AP
2022

Lembre sempre daquilo que você aprendeu. A sua educação é a sua vida; guarde-a bem. (Provérbio de Salomão 4:13).

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom de respirar, orientar, e no silêncio e me fazer entender o dom que é viver cada dia, os dias bons e os desafiadores.

Aos meus pais, que sempre fizeram o possível e o impossível pelo meu estudo. A minha irmã mais velha que sempre me orienta e zela, mesmo nos momentos que julgo ser impossível. Eu não passaria por essa pandemia sem vocês três.

Aos meus familiares que me apoiam, me ajudam com uma conversa, com um livro, com a lembrança de que preciso descansar. Vocês me fazem sentir necessária em muitos momentos.

A minha orientadora Daguiete Brito, pela humildade e respeito com que me tratou desde o primeiro momento, expondo a dificuldade em me orientar por não sermos da mesma linha de atuação, creio profundamente que esse trabalho é fruto de respeito entre uma geógrafa e uma arquiteta que conseguiram da melhor forma expor o que é a pesquisa: aprender, corrigir e dialogar uma com a outra.

Ao meu coorientador professor Jodival Costa, só você para fazer um simples diálogo se tornar uma reflexão de vida. A sua ética me inspira como pessoa, sempre cresço como indivíduo e como profissional nas nossas conversas.

A minha turma de mestrado em geografia de 2019. Começamos o semestre com muito diálogo e entusiasmo sem saber do futuro pandêmico que iríamos enfrentar, sou grata por cada conversa no refeitório, por cada trabalho de campo que pude conhecer um pouco mais de vocês e principalmente com as mensagens e ligações que fizemos uns aos outros durante esse período de covid-19, incentivando e trocando as últimas forças e esperanças que podíamos, meu profundo obrigado.

Aos amigos de vida, Manuella Sussuarana, Carla Maia, Ernades Souza, Rodrigo Souza e Christian Felipe, que por algumas vezes eu abri mão de estar junto, mas continuaram me apoiando, entendendo e se esforçando para entender que o período de mestrado não é fácil. Vocês são os melhores presentes que a vida me deu. Sou profundamente grata pela saúde de cada um de vocês.

Agradeço a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para essa pesquisa que esbarrou em muitas implicações, superadas e contornadas. Aos outros pesquisadores da temática de habitação e áreas de ressaca, o trabalho de vocês deu a base da qual não pude produzir devido as implicações do campo que se fizeram pertinentes durante o período pandêmico da covid-19 e sua variante ômicron. Meus sentimentos a todos os familiares das vítimas, é inimaginável o que vocês enfrentam e enfrentaram.

RESUMO

A política habitacional de interesse social visa promover moradias para a população de baixa renda e conseqüentemente a retirada das famílias das áreas consideradas impróprias para morar. Na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, as áreas consideradas impróprias para habitar são denominadas áreas de ressacas, que se comportam como reservatórios naturais de água, sofrendo os efeitos das chuvas e das marés. Tendo como base o crescimento populacional e conseqüentemente a demanda por habitação independentemente do nível de renda, a ocupação dessas áreas é uma realidade cada vez mais constante. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida com base no objetivo geral de analisar os efeitos territoriais ocasionados pela implementação da política habitacional de interesse social, a partir do estudo de caso do Conjunto Habitacional Macapaba I e II, que compreende no maior conjunto habitacional já construído na cidade, com mais de quatro mil unidades habitacionais destinadas a população de baixa renda, além de infraestruturas de serviço, esporte e lazer ofertados pelo poder público estadual. Para alcançar o objetivo abordou-se a metodologia descritiva, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica, documental, estudo de campo, levantamento fotográfico e diário de campo. O estudo se divide em três seções; habitação de interesse social, para que se tenha entendimento da gênese desse processo bem como ela ocorre no país; expansão urbana e as habitações palafíticas, expondo o processo de crescimento da cidade e a ocupação das áreas de ressacas no município; os efeitos territoriais no conjunto Macapaba pós ocupação, fazendo comparativo com as ressacas que foram atendidas pelo conjunto. Os resultados demonstram que as áreas de ressacas atendidas pelo conjunto habitacional foram efetivamente desocupadas, acarretando na recuperação da vegetação nativa dessas áreas.

Palavras-chave: Habitação; Moradia; Áreas Úmidas; Áreas de Risco; Ressacas.

ABSTRACT

The housing policy of social interest aims to promote housing to the low income population and perhaps taking these families from areas that are considered inappropriate to live. In Macapa city, capital of Amapa state, the areas that are considered inappropriate to live are nominated "hangover areas" that behave as natural reserves of water, suffering the effects of the rain and the tides. As the population grows and perhaps the demand of habitation regardless the level of income, the occupation of these areas is a reality that is more and more constant. This way a research was developed based on the general objective of analyzing the territorial effects caused by the implementation of housing policy of social interest, from the study of the case "Macapaba Housing Set I and II", that corresponds to the biggest housing set ever made on the city with more than four thousand housing units intended to the low income population, but the infrastructure of service sports and leisure offered by the public state power. To get to the objective approached a descriptive methodology used in the bibliographic research technique, documental, field study, photographic survey and field diary. The study divides in three sections: housing of social interest to have the knowledge of the genesis of this process well as it happens in the country; urban expansion and the stilts housing, showing the process of the city growing and the occupation of the hangover areas in the city, comparing with the hangovers that were attended by the set. The results show that the hangover areas attended by the housing set were effectively unoccupied, adding to the recuperation of the native vegetation of these areas.

Keywords: Housing; Home.wet area. Risk areas. Hangover area

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidade habitacional no cortiço	25
Figura 2 - Casa modelo no contexto da Revolução Industrial	26
Figura 3 - Local do estudo	35
Figura 4 - Diretrizes do Plano Grumbilf do Brasil	38
Figura 5 -Zoneamento de Macapá elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1973	39
Figura 6 -Zoneamento de Macapá elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1973	40
Figura 7 - Proposta de ocupação do meio urbano de Macapá	41
Figura 8 - Projeto de zoneamento urbano	42
Figura 9 - Ressacas no perímetro urbano do município de Macapá/AP	47
Figura 10 - Pontes sob o Canal do Jandiá (Macapá/AP)	49
Figura 11 - Aterramento do Canal do Beírol (Macapá/AP)	49
Figura 12 -Divisão de bairros do município de Macapá/AP	50
Figura 13 - Áreas de ressaca em Macapá no ano de 2019	51
Figura 14 - Palafitas nas áreas de ressacas em Macapá	54
Figura 15 - Exemplos de casas presentes nas áreas de ressaca	56
Figura 16 - Transbordamento do canal do Jandiá	56
Figura 19 - Planta baixa tipo, das casas ofertadas no Conjunto Macapaba	64
Figura 22 - Fachada dos edifícios no Conjunto Macapaba I e II	67
Figura 23 - Fachada dos edifícios no Conjunto Macapaba I e II	67
Figura 27 - Fachada dos edifícios	73
Figura 30 - Serviços ofertados na rua principal	75
Figura 32 - Serviço de borracharia na própria casa	76
Figura 33 - Casa com cerca no conjunto Macapaba	76
Figura 34 - Casa na rua principal	77

LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
AIS	Área de Interesse Social
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CEF	Caixa Econômica Federal
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CIOSP	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
COHAB	Companhia de Habitação Popular
EMDESUR	Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S. A
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
PIB	Produto Interno Bruto
PAC	Programa de Aceleração ao Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PROAMAPÁ	Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá
RG	Registro Geral
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá
SEINF	Secretaria do Estado e Infraestrutura e de Macapá
SIMS	Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	10
0	2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A MORADIA.....	14
	2.1 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL.....	14
	2.2 TIPOLOGIA HABITACIONAL E O ESPAÇO URBANO.....	24
3	EXPANSÃO URBANA E AS HABITAÇÕES PALAFITICAS EM MACAPÁ-AP.....	34
	3.1 A EXPANSÃO URBANA EM MACAPÁ E OS PLANOS DIRETORES.....	34
	3.2 HABITAÇÃO PALAFITICA EM ÁREAS DE RESSACA.....	48
4	EFEITOS TERRITORIAIS DO CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA I E	
II.....	58
	4.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO AMAPÁ - ESTUDO DE CASO CONJUNTO	
	HABITACIONAL MACAPABA - MACAPÁ.....	58
	4.2 TIPOLOGIA HABITACIONAL DO CONJUNTO MACAPABA.....	64
	4.3 RESSACA DO PERPÉTUO SOCORRO.....	68
	4.4 RESSACA DO PACOVAL.....	70
	4.5 CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA I e II PÓS OCUPAÇÃO.....	72
5	CONSIDERAÇÕES	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	Anexo A- Domicílio e média de moradores nos aglomerados urbanos em Macapá/AP - 2010	
	88
	Anexo B - Domicílio e média de moradores nos aglomerados urbanos em Macapá/AP - 2019	
	89
	Anexo C - Incêndio na ressaca do Perpétuo Socorro.....	91
	Anexo D – Localização das casas, no dia seguinte ao incêndio.....	91

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as habitações têm alto custo, trazendo muitas vezes, as populações de baixa renda para a informalidade. O setor de moradia ganha ênfase nas análises acadêmicas quando se observa o alto preço das moradias, em detrimento dos baixos salários da população pobre, que por sua vez não tem outra escolha a não ser adentrar no mercado informal de moradias e habitar nos ambientes insalubres ou de risco, tornando a qualidade de vida uma meta, ainda, longe de ser alcançada.

Na presente pesquisa o foco é voltado para a análise da exclusão da população de baixa renda que não tem acesso a habitações formais, pois é para essa população que a política de habitação de interesse social é destinada. A principal finalidade desta política é a entrega de unidades habitacionais para quem não tem condições financeiras de acessar esse imóvel, fazendo com que haja a destinação da população que reside nas moradias consideradas informais.

O município de Macapá, Estado do Amapá, se destaca no cenário amazônico e brasileiro pela informalidade no mercado de moradia, ocasionando a ocupação ilegal das áreas úmidas, regionalmente denominadas de áreas de Ressacas. Estas áreas, legalmente são nomeadas como Áreas de Preservação Permanente (APP) e, tem previsão legal de proteção, com leis Federais, Estaduais e Municipais.

Considerando o planejamento e execução dos programas habitacionais destinados às famílias em condição de vulnerabilidade social, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar a ocupação habitacional das áreas de ressaca no município, tendo em vista que as famílias de baixa renda são respaldadas para as habitações sociais. Preliminarmente é possível inferir que várias unidades habitacionais destinadas a este público não atendem a sua função social precípua, pois muitas famílias contempladas com casas e apartamentos destes programas vendem ou alugam essas unidades e retornam as suas habitações originárias, permanecendo a ocupação das áreas de ressacas.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte problemática: Quais os efeitos territoriais ocasionados com a política de habitação de interesse social em Macapá? Em conjunto com o objetivo geral de analisar os efeitos territoriais ocasionados pela implementação da política habitacional de interesse social, a partir do estudo de caso do Conjunto Habitacional Macapaba I e II, em Macapá/AP.

O percurso metodológico da pesquisa em conformidade com os objetivos estipulados, foi dividido em três momentos; sendo a primeira historização das habitações investigando o

processo de conceder as habitacionais de interesse social; na segunda dimensão é apresentado as características das áreas de ressaca na qual estão presentes a população atendida pelos programas habitacionais; na terceira se faz uso do estudo de caso aplicado no Conjunto Habitacional Macapaba em conjunto com as áreas de ressaca que o conjunto atendeu.

Segundo Gerring (2019), representa um fenômeno espacial e temporal delimitado de importância teórica, logo estudo de caso é um estudo intensivo de um caso singular ou de um pequeno número de casos. Na presente pesquisa, o fenômeno (conjunto habitacional de interesse social), foi selecionado conforme o grau de importância e de maior estrutura ofertada a comunidade beneficiada pelo programa, na área urbana. Dentre os conjuntos habitacionais de interesse social edificados na área urbana de Macapá/AP, o Macapaba I e II foi o maior já construído na cidade e se destaca pelo elevado número de habitações entregues, tanto na primeira fase, entregue no ano de 2014, como na segunda fase, entregue no ano de 2017.

O tipo de pesquisa se baseou na pesquisa descritiva que consiste em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (RUDIO, 2007). Para isso foram empregados como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos ou eletrônicos, permitindo ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Já a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas em tratamento analítico como quadros, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, fotografias, relatório de empresa, dentre outros (FONSECA, 2002).

Foram utilizados na pesquisa documentos informativos e planta baixa do Conjunto Macapaba disponíveis na Secretaria de Infraestrutura (SEINF), já para o levantamento bibliográfico se fez uso das palavras chaves “habitação”, “moradia”, “áreas de ressaca”, “conjunto habitacional” e “política habitacional” que resultaram no agrupamento formando uma base de dados para fichamento, consulta e revisão dos dados.

O estudo de campo foi realizado em conjunto com o diário de campo no período do mês outubro de 2021 a janeiro de 2022. O diário de campo se fez necessário e de grande valia, uma vez que segundo (FAJER; ARAÚJO; WAISMANN, 2016) as observações ali contidas certamente seriam esquecidas se não fossem registradas a seu tempo. Sendo observações que podem colaborar na compreensão e esclarecimento de fatos e geração de novas ideias para a pesquisa. Os mapas foram elaborados com o auxílio do Google Earth e do software de processamento, Qgis 3.8. Para a avaliação das áreas de ressaca contempladas pelo conjunto habitacional, utilizou-se a escala temporal de análise com auxílio do Google Earth. Também se fez uso dos dados quantitativos do IBGE e análise das plantas baixas coletadas na SEINF em

conjunto com o levantamento fotográfico para analisar o conjunto Macapaba e suas alterações pós ocupação.

Os procedimentos metodológicos em conjunto com o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos foram adotados com a finalidade de responderem as questões norteadoras, simplificando o percurso da pesquisa e em consequência a construção dos capítulos, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1- Quadro lógico

Objetivo geral: Analisar os efeitos territoriais ocasionados pela implementação da política habitacional de interesse social, a partir do estudo de caso do Conjunto Habitacional Macapaba I e II, em Macapá/AP		
Questão norteadora Como funciona a política de habitação de interesse social no Brasil e no Amapá?	Questão norteadora Como se consolidou as habitações palafíticas nas áreas de ressaca?	Questão norteadora Como ficou as áreas atendidas pelo Conjunto Macapaba I e II no município de Macapá?
Objetivo Contextualizar a política habitacional de interesse social no Brasil e no Amapá.	Objetivo: Identificar a expansão urbana em Macapá. Diagnosticar o processo de ocupação das ressacas.	Objetivo: Avaliar áreas úmidas contempladas pelo Conjunto Habitacional Macapaba I e II. Bem como o conjunto pós ocupação.
Competências analisadas Apreciação teórica; Políticas habitacionais; Tipologia habitacional;	Competências analisadas Apreciação teórica; Planos Urbanísticos de Macapá; Palafitas; Ocupação das ressacas; Degradação ambiental.	Competência analisadas Apreciação teórica; Áreas de ressaca atendidas pelo Conjunto Macapaba I e II.
Técnica de pesquisa empregada Bibliográfica; Documental; Legal.	Técnica de pesquisa empregada Bibliográfica; Documental; Legal. Dados do IBGE;	Técnica de pesquisa empregada Documental; Imagens (Earth); Levantamento fotográfico; Diário de campo.
Indicadores utilizados Habitação; Moradia; Tipologia; Urbano; Segregação.	Indicadores utilizados Expansão urbana; Plano Diretor; Áreas de ressacas; Palafitas.	Indicadores utilizados Conjunto habitacional; Pós ocupação; Moradia; Habitação.

Fonte: Organizado pela autora, 2022.

Um dos principais entraves da pesquisa foi o acesso a informação que nem a SEINF possui, como por exemplo, o valor total de quantas áreas de ressaca foram atendidas pelo conjunto, sendo informado com precisão apenas as duas ressacas apontadas nesta pesquisa. A

secretaria também não tem Avaliação pós Ocupação, que corresponde a um estudo já desenvolvido em outras regiões do Brasil identificando justamente esse processo de pós ocupação a fim de verificar a eficiência bem como as irregularidades que ocorrem nos conjuntos como por exemplo o aluguel das unidades habitacionais.

Foi informado por parte da SEINF que o governo não trabalhava de forma a intervir em uma área específica. Isso só ocorreu em 2018, dessa forma os conjuntos construídos antes (como é o caso do Macapaba) não tem dados específicos de controle da região no qual as famílias vieram, impossibilitando uma cartografia exata das áreas de ressaca atendidas pelo conjunto Macapaba.

Esta pesquisa se divide em três seções: (1) habitação de interesse social, para o entendimento da gênese desse processo bem como ela ocorre no país; (2) expansão urbana e as habitações palafíticas, expondo o processo de crescimento da cidade e a ocupação das áreas de ressacas no município; (3) os efeitos territoriais no conjunto Macapaba I e II pós ocupação, fazendo comparativo com as ressacas que foram atendidas pelo conjunto.

2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A MORADIA

A moradia e a habitação são apresentadas neste capítulo como itens distintos, pois enquanto a habitação é entendida aqui como construção de tetos, paredes, piso e fundação, a moradia abrange o dia a dia do indivíduo no local, seus usos efetivos, os fatores que interferem negativamente ou positivamente no seu cotidiano, tornando o ambiente agradável ou não. Assim, o presente capítulo é dividido em dois momentos, no primeiro busca-se contextualizar a política de habitação social, para entender como ela funciona no Brasil. E no segundo momento, elaborou-se a descrição da tipologia habitacional, explicitando e diferenciando o que torna o espaço apenas mais uma habitação ou uma moradia efetiva, a partir desses conceitos é explanado a habitação no contexto urbano bem como suas consequências na dinâmica da cidade.

2.1 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

O cenário da habitação popular no Brasil, até o início do século XX, tinha como destaque a economia cafeeira que trouxe um intenso fluxo de pessoas, principalmente para as cidades e conseqüentemente um aumento na necessidade de moradias, resultando em aglomerados conhecidos como cortiços ou favelas. Estas habitações eram lugares insalubres, pequenos e ocupados geralmente por mais de uma família. Para este autor, os maiores problemas relacionados a moradias estavam vinculados aos trabalhadores de baixa renda, mas também, era comum entre a classe média da época (BONDUKI, 1994, p.714). Com base neste cenário, o autor afirma que:

Considerando-se que boa parte dos prédios ocupados pelos trabalhadores de baixa renda eram cortiços e, portanto, ocupados por mais de uma família, conclui-se que 90% da população da cidade, incluindo quase a totalidade dos trabalhadores e da classe média, era inquilina, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para aquisição da casa própria (BONDUKI, 1994, p. 713).

Na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, o cortiço era considerado como o *locus* da pobreza, espaços onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam em grande número, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”, caracterizado como verdadeiro “inferno social”. O cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral, social e de saúde pública (VALLADARES, 2000, p.7). Com o crescimento das cidades e aumento da população, surge o problema do seu alojamento, ou seja, o problema da habitação enquanto questão social, e é nesta perspectiva que Villaça explica que:

A principal forma de abrigo que a sociedade brasileira vai desenvolver para alojar essas multidões é o cortiço. O cortiço é uma “solução” de mercado, é uma moradia alugada, é um produto de iniciativa privada. Em seus diversos tipos, foi a primeira forma física de habitação oferecida ao “homem livre”, brasileiro da mesma maneira que o aluguel foi a primeira forma econômica (VILLAÇA 1986, p. 14).

Os cortiços permaneciam como um grande imbróglio pela classe dominante, de um lado era preciso um discurso que lhe permitisse demolir os cortiços quando isso fosse necessário, de outro, precisava mantê-los e tolerá-los, pois, necessitavam deles para abrigar a população trabalhadora, necessária para o crescimento econômico do país. População essa que crescia vertiginosamente não só em São Paulo e Rio de Janeiro do Brasil, mas em todas as atuais metrópoles do país (VILLAÇA 1986, p.14).

Nessas circunstâncias caóticas em que a população de baixa renda vivia, o Estado se restringia a intervenções no que diz respeito a insalubridade, ação policial e elaboração de legislações sanitárias. Já a iniciativa privada se limitava a proporcionar a construção de casas ou obter casas para alugar (AZEVEDO, 1988). De modo geral, os aglomerados habitacionais eram vistos como um problema a ser resolvido, evitando uma possível revolta ou risco de saúde advinda da classe trabalhadora, demonstrando que o planejamento urbano era muito mais visual, do que uma ferramenta de intervenção planejada e efetivada. É a partir deste cenário que Villaça esclarece que:

[...] A necessidade de demolição dos cortiços insalubres era sistematicamente invocada para a proteção da saúde pública, porém, eles somente eram demolidos nas áreas mais centrais da cidade, especialmente para dar lugar as grandes avenidas que vieram para ‘embeleza e modernizar’ nossas cidades (como se alegava na época), ou seja, abrir espaços para a frutificação do capitalismo imobiliário. No Rio de Janeiro havia milhares de cortiços na época da passagem do século, porém os que foram demolidos o foram por razões das obras de renovação urbana nas áreas imobiliariamente promissoras da cidade (VILLAÇA, 1986, p. 15).

No final do século XIX e começo do século XX, houve tentativas do poder público de acabar com os focos de moradias pobres e insalubres em São Paulo, tendo como único meio a emissão de normas legais relacionadas ao tema (MARICATO, 2002). Havia determinações legais que se sobrepunham, como por exemplo, uma proibia a existência dos cortiços e outra definia padrões para sua construção.

As legislações no município de São Paulo, se referem a uma sucessão de padrões e ações que demonstram a forma do poder público para acabar com as moradias pobre e insalubres: apenas legislando. Como exemplo, a Lei Municipal nº 38, de 1893 que definia a necessidade de aprovação de plantas para a construção de habitações e consequente documentação de propriedade do solo. Outra legislação importante neste panorama é o Código Sanitário do

Estado de São Paulo, que define normas e padrões de edificações que incluíam cortiços, casas operários e cubículos.

Enquanto a Lei Municipal nº 286, de 1896 definia a intervenção dos agentes públicos municipais nos cubículos de cortiço. A Lei Municipal nº 375, de 1898 e Lei Municipal nº 498, 1900 proibiam as habitações coletivas e estabelecia novos padrões para as casas de habitação operária. Já a Lei Municipal nº 413, de 1901 (proibia habitações coletivas adaptadas em antigos ou novos edifícios que não obedecessem (novamente) aos padrões fixados por esta lei (MARICATO, 2002).

Analisando o conjunto de legislações apresentadas pelo poder público, observa-se que o modo como o Estado agiu e não atendeu às necessidades reais da população que carecia de locais para morar. É plausível considerar que o município de São Paulo não apresentou um plano urbanístico exequível para a cidade, entretanto, houve seu crescimento desordenado e as leis emitidas não conseguiram ordenar este crescimento. Ou seja, a realidade do crescimento da cidade é distante das legislações, o que para Maricato (2002) se constitui em ideias fora do lugar. Neste sentido o autor explica que:

[...] uma nova alternativa de moradia popular é implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanísticas ou de política habitacional, mostrando que, enquanto os projetos de leis constituíram ideias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que dele se ocupassem as ideias (MARICATO, 2002, p. 151).

Como desdobramento dessa percepção, o poder público do Estado de São Paulo passou a incentivar a construção de vilas operárias que se mostraram uma ótima iniciativa tendo em vista a condição digna de morar para o trabalhador. Para Bonduki (1994) essas vilas eram edificadas pelas unidades industriais para atender ao seu operariado e, também, como uma forma de controle social de seus funcionários, ou seja, com a proximidade, poderiam chamar a qualquer momento o trabalhador para atender a empresa.

Condição essa, também, abordada por Timm (2015) que destaca as diversas justificativas para o aparecimento das vilas operárias, seja pela estratégia de atrair mão de obra, um ato filantrópico dos empresários, ou mesmo manter a mão de obra constante para atender a produção. De fato, o que se destaca é a vantagem que o empresário tem com a aplicação do sistema que segundo a autora:

[...] Cobrava o valor de um aluguel abaixo do praticado pelo mercado e que era garantido, pois era descontado em folha, levando ao pagamento de um salário reduzido para o empregado, que acabava trazendo mais membros da família para dentro da fábrica. Isso conduzia à solidificação de uma relação de fidelidade do trabalhador, pois a demissão traria consequências como a perda de sua moradia (e talvez a de outros familiares), além da dificuldade em encontrar outro emprego de melhor remuneração (TIMM, 2015, p. 69).

Um exemplo clássico deste cenário é a Vila Maria Zélia, em São Paulo, construída para dar abrigo aos operários que trabalhavam na tecelagem Companhia Nacional de Tecidos da Juta, de posse do industrial Jorge Street. A fábrica atuava em tempo integral, produzindo intensamente com a sua capacidade máxima, que inclusive levou a instalação de sua filial no bairro de Belenzinho também na cidade de São Paulo, para atender ao sistema de produção capitalista (NASCIMENTO, 2019).

A filial da indústria foi planejada pelo arquiteto francês Paul Pedraurrieux, que se inspirou nas vilas de empresas estrangeiras que estavam sendo construídas naquela época, assim a inspiração não foi somente nas ruas, mas também, nas edificações residências, mas, em todo o aparato necessário a vida social, como escolas, estruturas de saúde e estabelecimentos comerciais que haviam de ser construídos para atender as demandas da empresa (NASCIMENTO, 2019).

As vilas operárias estabelecidas em locais distantes dos centros urbanos, resultavam em pequenas cidades com acesso a meios de transportes, como ferrovias, atraindo trabalhadores e facilitando o escoamento da produção. Já em áreas urbanizadas, a construção das vilas se justificava para atrair mão de obra qualificada, principalmente estrangeira, como no ramo têxtil (NASCIMENTO, 2019).

Embora as vilas operárias tenham avançado e ampliado no contexto do sistema de produção capitalista, os problemas habitacionais para a classe pobre e trabalhadora continuaram no Brasil. Villaça (1986) aponta que além de não serem construídas em número suficiente e apesar de serem material, urbanística e arquitetonicamente primorosos, foram usadas como meio de exercer um controle descabido sobre a força de trabalho, impondo a seus moradores um estilo de vida rígido, puritano e disciplinado, como convinha aos padrões da época, explorando, se é que possível, ainda mais o trabalhador. Neste sentido, o autor explicita que:

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mantê-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. Apesar das vilas serem consideradas na época, modelos de 'habitação higiênica', esse código determinava que elas '...seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana'. A Lei Municipal nº413 de 1901 isentava de impostos as vilas operárias construídas '... fora do perímetro central' (VILLAÇA, 1986, p. 17).

Nesse período, uma das principais políticas públicas para atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, no Brasil, foi a Fundação da Casa Operária, em 1924, uma iniciativa do Governo de Pernambuco, que tinha como finalidade construir pequenas casas para habitação popular (BONDUKI, 1994, p. 714).

Entretanto, em 1930, ocorreu o golpe de estado que passou a propagar uma nova política voltada (pelo menos nos discursos e nas proposições de políticas públicas) para os trabalhadores, tendo ampla aceitação e mostrando um governo com certa preocupação em atender as necessidades básicas da massa popular, desencadeando diversos programas e políticas habitacionais, além de destinar recursos financeiros para esta área.

A exemplo disso, temos a criação das carteiras prediais do Instituto de Aposentadoria e Previdência, em 1937, que tinha como objetivo realocar recursos para financiar a construção civil e a instituição da Fundação da Casa Popular, em 1946, que tinha a finalidade de produzir casa para a população de baixa renda, dando início a produção estatal de moradias subsidiadas (BONDUKI, 1994, p. 711).

Na década de 1960 ocorreu o golpe militar e com este novo regime governando o Brasil as políticas relacionadas à habitação foram insignificantes, sendo possível destacar duas: a primeira aconteceu, ainda em 1964 (ano do golpe), quando houve a publicação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, instituindo “a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria,” e criando “o Banco Nacional de Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo” (BRASIL, LEI Nº 4.380/1964, EMENTA), que tinha como finalidade o financiamento do ramo imobiliário e priorizar as famílias de renda mensal entre 1 e 3 salários-mínimos.

O BNH foi a principal instituição da política habitacional urbana brasileira no século XX e perdurou de 1964 a 1986, promovendo a construção e aquisição da casa própria. Entretanto, o atendimento às famílias de baixa renda era realizado pelas Companhias Habitacionais (COHAB). O que para Monteiro e Veras (2017):

[...] não podem ser enquadradas como uma política de inclusão social, pois embora inicialmente tenham focado no atendimento das famílias com renda de menos de três salários mínimos, posteriormente passou a priorizar a população com rendimento acima de três a cinco salários mínimos, desvirtualizando assim a sua meta inicial. Isto se deu em decorrência principalmente ao alto índice de inadimplência na faixa de renda de até três salários mínimos (MONTEIRO E VERAS, 2017, p. 10).

Assim, as políticas de habitação de interesse social no Brasil, antes da promulgação da Constituição de República Federativa do Brasil (CRFB), em 1988, tiveram reduzida eficácia e eficiência no atendimento à população com menor poder aquisitivo, em geral, as políticas implementadas pelo estado não atendia essa população.

No contexto da redemocratização do país, movimentos sociais por moradia, sindicatos e entidades profissionais se reorganizaram e retomaram o tema da reforma urbana, dando

origem à Proposta Popular de Emenda ao Projeto de Constituição, apresentada e aceita no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1986, (MARICATO, 2015). Resultando na inserção dos artigos 182 e que trata da política de desenvolvimento urbano, “das funções sociais da cidade” e da garantia do “bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, CRFB, 1988, Art. 182) além do artigo 183, que trata da propriedade de imóvel urbano.

Para atender as determinações da CRFB/1988, foi elaborado e aprovada vários programas e dispositivos legais relacionados a habitação de interesse social. Na década de 1990 foram instituídos a Política Nacional de Habitação, aprovada em 1996, que garantia habitação digna, principalmente para população de baixa renda, (BRASIL, 2004)os programas Pró-Moradia e Habitar-Brasil, instituídos em 1999, que tinham como objetivos utilizar recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para o morador que não fosse atendido pelos programas de baixa renda e; no último ano da década, em 2000, foi criado o Programa Morar Melhor que tinha como finalidade melhorar a saúde e a qualidade de vida população na faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, priorizando o atendimento às famílias cujos chefes fossem mulheres e aos domicílios em áreas de risco, insalubres ou em condições de degradação ambiental (MARGUTI, 2018, p.121).

No início do século XXI, foi publicada a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da CRFB/1988 e estabeleceu o Estatuto da Cidade, norteando as diretrizes gerais da política urbana no Brasil (BRASIL, LEI Nº 10.257/2001). O Estatuto da Cidade determina em vários de seus incisos a normatização para a construção de habitações de interesse social, como por exemplo o inciso V, do artigo 42-B que prever “[...] áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido” (BRASIL, LEI Nº 10.257/2001, Art. 42-B, Inciso V).

Em meados da primeira década de século XXI é sancionada a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que centralizou todos os programas e projetos vinculados à habitação de interesse social e tem como objetivos:

- I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
- III - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (BRASIL. LEI Nº 11.124/2005 Art. 12º, Inciso I, II e III).

O acesso à moradia passou a ser legalizado a partir do Estatuto da Cidade, passando a ser legalmente um direito de todo cidadão. Porém, adquirir a moradia, para a classe de menor poder aquisitivo é vinculada a uma série de problemas, como por exemplo, as desigualdades sociais, as políticas habitacionais excludentes, o desemprego e a má distribuição de renda (MARTINS, 2007).

A Lei nº 11.124/2005 cria, também, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de natureza contábil e com finalidade a centralização e gerenciamento de recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS que sejam vinculados à implementação de políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda. O FNHIS, de acordo com o Art. 8º, deverá ser constituído por:

- I - recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, [...];
- II - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FNHIS;
- III - dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação;
- IV - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- VI - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FNHIS; e
- VII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.
- VII - receitas decorrentes da alienação dos imóveis da União que lhe vierem a ser destinadas; [...]
- VIII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados. [...] (BRASIL, LEI Nº 11.124/2005, Art. 8º, Incisos I ao VIII).

Assim, o Estatuto da Cidade previu, além do SNHIS, a origem dos recursos que seriam destinados à construção de habitações para atender a população com poder aquisitivo reduzido. Pois a escassez de recursos financeiros por parte desta população reflete na sua maneira de habitar “caracterizadas muitas vezes por ocupações irregulares de espaços públicos e privados, de áreas ambientalmente frágeis como as margens de rios e encostas, resultando na expansão desordenada da cidade, reflexo da desigualdade e exclusão social” (MONTEIRO E VERAS, 2017, p. 10).

Entretanto, a política habitacional mais relevante nas duas primeiras décadas do século XXI foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído com a publicação da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. O PMCMV foi projetado para aquisição da casa própria para atender famílias de baixa renda. O programa, de acordo com Monteiro e Veras (2017), foi dividido em três fases com diferentes metas a serem atingidas. A meta 1 - de 2009 a 2011 - teve como objetivo construir um milhão de moradias, com subsídios de R\$ 34 bilhões de reais, sendo R\$ 25,5 bilhões financiados pelo Orçamento Geral da União, R\$ 7,5 bilhões originários do

FGTS e R\$ 1 bilhão financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É relevante mencionar que esta meta foi cumprida em 2010.

Nesta primeira fase (de 2009 a 2011), as unidades habitacionais (um milhão) foram assim distribuídas: faixa de renda 1 - 400 mil unidades para famílias que recebiam entre zero e 3 salários-mínimos; faixa de renda 2 - 400 mil unidades para famílias que recebiam acima de 3 a 6 salários-mínimos e faixa de renda 3 - 200 mil unidades para as famílias que recebiam acima de 6 a 10 salários-mínimos.

A fase 2 (de 2011 a 2014) - teve como finalidade a construção de dois milhões de moradias, com investimento de R\$ 71,7 bilhões de reais, constituindo R\$ 62,2 bilhões do Orçamento Geral da União e R\$ 9,5 bilhões do FGTS. Nesta fase do PMCMV foram agregadas novas regras, como por exemplo, o atendimento à população das capitais dos estados e suas regiões metropolitanas e alteração na faixa de renda das famílias a serem atendidas. É nessa fase, e sob esses requisitos, que foi construído e entregue o conjunto habitacional Macapaba, que será discutido no terceiro capítulo.

Nesta segunda fase as unidades habitacionais (dois milhões) foram distribuídas da seguinte forma: faixa de renda 1 - 1,2 milhões de unidades para famílias que recebiam até R\$ 1.600,00; faixa de renda 2 - 600 mil unidades para famílias que recebiam acima de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.100,00 e faixa de renda 3 - 200 mil unidades para as famílias que recebiam acima de R\$ 3.600,00 a R\$ 5.000,00.

Na terceira fase (2015 a 2018) houveram mudanças nos valores em todas as faixas, além do acréscimo de uma nova faixa de renda: Faixa de renda 1 - o valor máximo do financiamento do imóvel passa a ser de R\$ 96 mil, para famílias que recebiam até R\$1,800, com subsídio de até R\$ 86,4 mil; Na nova faixa 1,5 - prevê o valor máximo do imóvel de R\$ 135 mil, com subsídio de até R\$ 45 mil, para famílias com renda de R\$ 2.350 mil; Faixa de renda 2 - passa para R\$ 225 mil, o valor máximo do imóvel, com subsídio de até R\$ 27,5 mil, para famílias com renda de até R\$3.600; Faixa 3 - o valor máximo do imóvel é de R\$ 225 mil, sem subsídio, para famílias com renda de até R\$6.500.

Em 2018, a Caixa Econômica Federal disponibilizou informações que demonstram que 14,7 milhões de pessoas compraram um imóvel subsidiado pelo PMCMV, aproximadamente 7% da população brasileira. O programa foi extinto em 12 de janeiro de 2021, quando entrou em vigor a Lei nº 14.118, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela.

Em síntese, o PMCMV representou grandes avanços na política habitacional brasileira aumentando consideravelmente o subsídio de recursos financeiros para o setor habitacional, com a construção de um número expressivo de moradias para a população de menor poder

aquisitivo. Entretanto, não atendeu por completo a demanda por moradia da população de baixa renda do país. Em partes, tal situação aconteceu porque as necessidades de moradia são mais do que um teto para abrigo, é preciso a integração dessas famílias com a cidade.

Nesse contexto o Quadro 2, que está organizado de acordo com o grau de importância, ano de implantação e a principal contribuição para o cenário da política habitacional brasileira demonstra as diversas tentativas de combate ao *déficit* habitacional.

Quadro 2 - Programas e políticas que auxiliaram a habitação social no Brasil

ANO	INSTRUMENTOS NORMATIVOS	CONTRIBUIÇÃO
1924	Fundação A Casa Operária	Iniciativa do governo de Pernambuco, com a finalidade de edificar pequenas casas para habitação.
1937	Instituto de Aposentadoria e Pensões	Recurso que foi realocado para financiar a construção civil.
1946	Fundação da Casa Popular	Produzir casas para a população de baixa renda.
1964	Banco Nacional de Habitação	Financiava o ramo imobiliário e priorizava as famílias de renda mensal de 1 a 3 salários-mínimos.
1986	Emenda Popular da Reforma Urbana	Resultou na inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988	Trata a política urbana nos artigos 182 e 183
1995	Política Nacional de habitação	Garantir habitação digna, principalmente para população de baixa renda.
1999	Pró-Moradia e Habitar-Brasil	Utiliza recursos do Fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o morador que não é atendido pelos programas de baixa renda.
2000	Programa Morar Melhor	Destaca a saúde e qualidade de vida.
2005	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social	Previu que os Estados e os municípios (entes federativos) aderissem ao sistema de moradias devendo criar seus fundos e conselhos locais.
2009	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social	Propõem reduzir o <i>déficit</i> habitacional no prazo de quinze anos.
2009 a 2016	Minha Casa Minha Vida	Subsidia a moradia direto ao comprador.
2021	Casa Verde Amarela	Promove o direito à moradia em áreas urbanas e rurais.

Fonte: Adaptado de: Marguti (2018); Bonduki (1994); Rubin e Bolfe (2014).

Analisando esta contextualização e a quadro 2 é possível perceber que a política habitacional no Brasil tem um extenso rol de programas e subsídios. Entretanto, o problema do

déficit habitacional não vem sendo solucionado, sendo comum nas cidades a disponibilidade de terrenos vazios e áreas abandonadas, necessitando de políticas públicas para que essas unidades atendam a sua função social. Em contrapartida, é vertiginoso, nos núcleos urbanos, o crescimento de invasões em terrenos inadequados para a construção civil, como morro, encostas, áreas alagadas e afins. Ou seja, o PMCMV mesmo sendo o programa habitacional destinado às famílias de baixa renda, na prática, não atendeu a população para qual foi realmente destinado. Ferreira (2012) explica essa situação afirmando que:

[...] a política habitacional brasileira, mesmo quando foi pouco mais significativa, nunca atendeu efetivamente à população com renda abaixo de cinco salários mínimos. Por isso, aliás, que essas faixas de renda concentram hoje cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro. As classes médias, entretanto, acessaram os financiamentos públicos do FGTS e provocaram o impulso de verticalização ocorrido nas grandes metrópoles nas décadas de 1970 e 1980 (FERREIRA, 2012, p. 23).

Assim, o PMCMV, principal programa utilizado como objeto deste estudo, abordado por Ferreira (2012) como uma política com diferentes estratégias, que por um lado, contempla as camadas de baixa renda de até três salários-mínimos com volume inédito de subsídio públicos para essa faixa, por outro, promove a construção de moradias para faixas de renda acima de três salários-mínimos com facilitação da viabilidade financeira. Assim, esclarece que:

[...] se nas faixas de renda abaixo de três salários mínimos, a produção é bastante regulamentada, e envolve diversos agentes operadores públicos, como prefeituras, companhias de habitação e o próprio órgão financiador, a Caixa Econômica Federal, no âmbito do segmento econômico, entretanto, a construção das novas moradias ocorre com muito mais liberalidade. Se nas faixas de renda baixa as exigências de qualidade mínima já não são muito drásticas, observa-se que os padrões de qualidade estabelecidos para o segmento econômico são excessivamente brandos. Assim, observa-se que o que está sendo construído pelo país afora, e que molda a nova face das cidades brasileiras, é produção de qualidade muito duvidosa (FERREIRA, 2012, p. 25).

Esse cenário é analisado por Marguti (2018) que explica que a trajetória da política habitacional brasileira é marcada pela promoção de moradias destinadas à população de baixa renda. Entretanto, esta política deveria ser ampliada, pois na maioria dos casos a população não tem condições financeiras de liquidar as dívidas advindas da aquisição destas unidades habitacionais. Como consequência estas unidades são repassadas para a população da classe média.

O crescimento na provisão de habitações, bem como políticas e legislações que tornaram isso uma realidade palpável para uma parte significativa da população de baixa renda que antes não teriam acesso à infraestrutura e segurança é inegável. Assim, a presente pesquisa tem como foco a análise da construção de habitações de interesse social, analisando como estudo de caso

o Conjunto Habitacional Macapaba I e II, para isso se faz necessário o estudo da tipologia habitacional e o entendimento do que difere entre habitação e moradia.

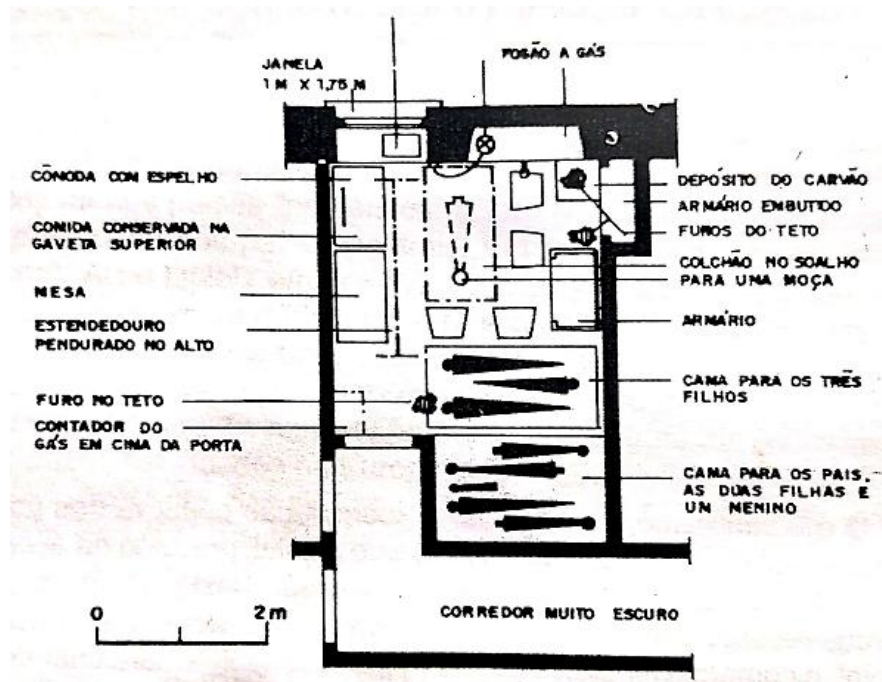
2.2 TIPOLOGIA HABITACIONAL E O ESPAÇO URBANO

A tipologia habitacional se refere à forma da habitação, seja qual for. Para análise da tipologia habitacional de interesse social, foco principal desta pesquisa, é abordado a forma da habitação de morar do oprimido, classificado por Villaça (1986) como; senzalas, passando depois para os cortiços e vilas operárias, chegando às favelas. Essa forma de morar imposta em sua arquitetura do espaço já pronto, tira a liberdade do morador planejar sua casa e projetar o seu espaço de acordo com suas necessidades, isso quando detém lote para construção de sua habitação.

As vilas operárias, que segundo Timm (2015) é um bom exemplo desta situação, eram construídas de forma a obter o maior aproveitamento possível dos terrenos, incluíam a ocupação máxima do lote urbano e a racionalização máxima do projeto, com a finalidade de obter economia dos materiais construtivos. Assim, a estratégia mais corriqueira das tipologias, eram blocos de unidades habitacionais em fita, ou sobrados geminados, sendo a estratégia de maior sucesso aquelas em que eram possíveis o compartilhamento de paredes hidráulicas e paredes comuns a duas ou mais unidades, criando abundância de projetos cuja casas eram geminadas.

Outro aspecto importante da habitação neste contexto era a sua funcionalidade. A Figura 1 demonstra uma unidade habitacional comum nos cortiços, onde é possível perceber que um ambiente era usado pela família toda, nesse caso a figura demonstra um casal com cinco filhos, pouca circulação de ar e luz, demonstrada pela única porta e única janela para atender todo o espaço, que contava com distribuição de gás (contador de gás instalado em cima da porta) e o depósito de carvão ao lado do fogão a gás, presente no canto superior direito da imagem.

Figura 1 - Unidade habitacional no cortiço



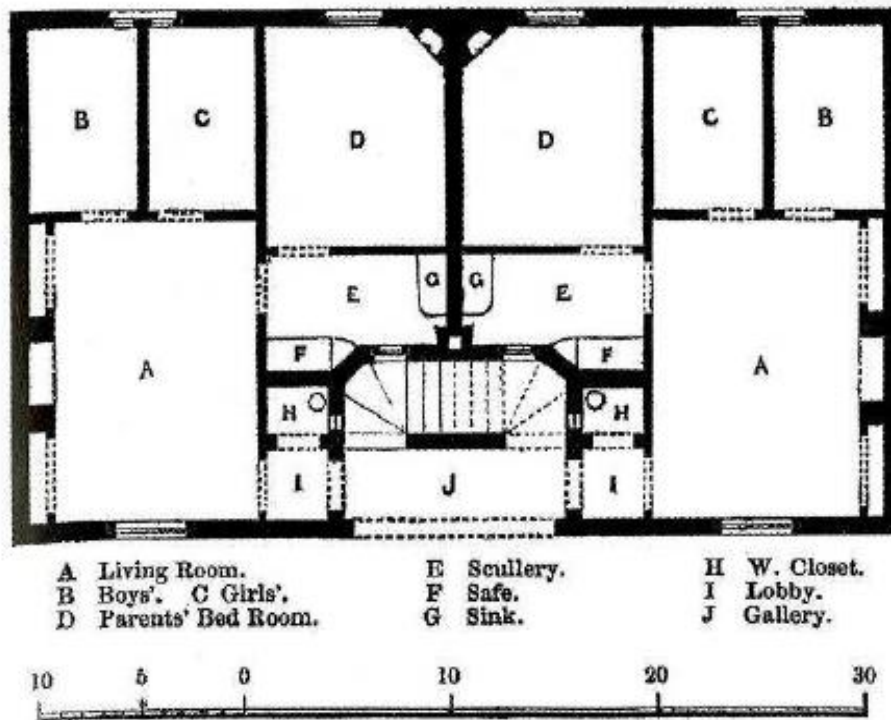
Fonte: Benevolo (2011).

A história das habitações pode ser dividida em dois momentos: no primeiro até a Revolução Industrial no qual os espaços na habitação eram estabelecidos pelo uso. No segundo momento, a unidade habitacional passou a ser uma antecipação da forma de habitar com determinadas funções que se tornaram inalteráveis com o passar do tempo (PINTO, 2012).

No primeiro momento destacam-se as casas que foram construídas voltadas para o seu interior, como no Egito e na Grécia, tendo como ponto de partida um espaço central, geralmente pátios abertos que partindo deste leiaute, se desenvolvia os cômodos da casa, permitindo a sua definição apenas pelo uso e não pela arquitetura. Ou seja, os habitantes iriam ditar o uso do ambiente sendo quarto, sala, cozinha ou uso geral. Isso permitia que cada família fizesse uso do espaço de acordo com as suas próprias necessidades. O quarto dos filhos e dos pais seriam definidos porque o seu uso fora destinado para tal, assim como a sala e a cozinha.

No segundo momento com a Revolução Industrial, piora as condições da população, pois não há habitação suficiente para abrigar todas as pessoas que se deslocavam do campo para a cidade, sendo um único quarto, dividido por mais de uma família (PINTO, 2012). Assim, em 1851 Henry Roberts apresenta uma casa modelo, iniciando uma reforma da moralidade por meio da arquitetura com base em dois pontos principais: A separação das famílias e a separação dentro da própria família, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Casa modelo no contexto da Revolução Industrial



Fonte: Pinto (2012).

Como mostra a Figura 02, a sala de estar (A) torna-se o ponto de ligação e circulação para os quartos das crianças, separadas por sexo, sendo (B) quarto dos meninos e (C) das meninas, já o quarto dos pais (D) possui um acesso pela copa (E) que permite acesso a dois espaços, a sala de segurança (F) e ao lavatório (G). As áreas livres para acesso, além da sala de estar, ficam a cargo do armário (H), salão de entrada (I) e a galeria para circulação (J), nesta perspectiva Pinto (2012) explica que:

A atribuição de uma função a cada espaço e a selectiva ligação entre quartos garante a privacidade dos membros da família, ao mesmo tempo que a segrega. Encontra-se patente neste modelo uma obrigação quanto ao modo de usar e viver a habitação, de modo a que se acabasse com os hábitos domésticos existentes, que eram considerados imorais (PINTO, 2012, p.42).

Assim se define o marco do pré-determinismo no uso dos espaços nas habitações, dando origem a dois tipos de habitações: a responsiva e a não responsiva, ou seja, a habitação que responde o morador e a que não responde. A habitação responsiva que segundo Pinto (2012) corresponde a habitação que não tem os espaços pré-determinados, podendo ter outra função ao longo do ciclo de vida do seu ocupante. E a habitação não responsiva que compreende os espaços já determinados, limitando o espaço e as interpretações sobre ele.

A análise dessas duas categorias de habitação auxilia no diagnóstico das habitações de interesse social, construída de forma pré-determinada, não responsiva, com padronização dos

edifícios e das unidades habitacionais e para as autoconstruções, no caso de Macapá as áreas de ressaca, apresentadas no segundo capítulo, corresponde a tipologia responsiva que como o próprio nome diz é construída pelo e para o morador de acordo com as suas necessidades tendo como base o objeto principal, a família. Pinto (2012) reflete sobre o conceito de família atualmente, afirmando que:

A família tipo (o ponto de partida para o desenho da habitação colectiva) continua a ser o casal com dois filhos, quando se sabe que esse tipo de família já não é o que reflecte maior percentagem. Hoje em dia há uma variedade muito grande de tipos de família - a pessoa solteira; o casal com um único filho; o casal sem filhos; a mãe ou o pai solteiro com filhos a seu cargo; o casal de idosos, e por aí adiante. Há que ganhar consciência deste facto e conseguir incorporá-lo (entre outros) na concepção da habitação (PINTO, 2012, p. 17).

Nesse tema chave de tipologia habitacional, é possível entender um dos fatores no qual uma unidade habitacional é funcional para os moradores ou não, haja vista que se torna problemático a vivência em um ambiente que não corresponde às necessidades das famílias. Dentre esse aspecto, o conceito de moradia é aplicado nesta pesquisa como o uso efetivo do ambiente no dia a dia, que são favoráveis à habitabilidade da família a longo prazo. A melhor forma de entender o direito à moradia adequada é entender que ele é composto por três elementos: liberdades, garantias e proteções (BRASIL, 2013, p.13).

Esse direito demonstra que para obter a moradia adequada, devem ser analisados diversos fatores dentro todo um contexto para assegurar o morador da habitabilidade do espaço. A moradia adequada refere-se a uma série de condições que devem ser atendidas, como a segurança da posse que garante a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura pois a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo. Economicidade: que se refere ao custo ser acessível a família de forma que não ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes (BRASIL, 2013).

Além disso, deve prever também a Habitabilidade: que se refere a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde. Acessibilidade: entendida como as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta. Localização: considerando que a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas. Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (BRASIL, 2013).

Quando o direito à moradia não é atendido, temos outro elemento a ser considerado nessa discussão: a remoção forçada dos habitantes. Essas remoções forçadas são realizadas em uma variedade de circunstâncias e por uma variedade de razões como, por exemplo, para dar lugar a projetos de desenvolvimento e infraestrutura, desenvolvimento urbano ou embelezamento da cidade, ou prestigiados eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol da FIFA ou os Jogos Olímpicos. Podem também se dar por resultado de conflitos agrários, conflitos armados ou padrões sociais de discriminação. As remoções forçadas tendem a ser violentas e afetam desproporcionalmente os mais pobres, que muitas vezes ainda sofrem outras violações de direitos humanos como resultado. Em muitos casos, as remoções forçadas agravam o problema que elas buscavam resolver como afirma Carvalho:

Do ponto de vista dos direitos humanos, o direito à moradia deve atender às necessidades das populações mais vulneráveis, como as pessoas que vivem em áreas de risco, sendo que as novas relocações devem ter como prioridade uma boa localização. O elemento localização é central, pois isso possibilita que a quantidade de recursos disponíveis ao redor da moradia mobilize seus habitantes a lutar pela própria subsistência. O não cumprimento desse requisito é uma violação aos direitos humanos (CARVALHO, 2020, p. 39).

No caso específico do Conjunto Habitacional Macapaba, construído longe do centro urbano, apresentado e discutido no terceiro capítulo, constatou-se nas pesquisas de campo que houve remoção forçada das famílias que habitavam em áreas de ressaca do pacoval, cuja jurisdição corresponde a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), que solicitou a área ao Estado. Vale ressaltar que foi realizado o cadastro das famílias e a mudança do mesmo para as unidades habitacionais do conjunto, e posteriormente houve a ação de limpeza do local, em meio a protestos, policiamento e auxílio de máquinas para a demolição das casas de madeira (palafitas) construídas no local.

Um dos equívocos mais comuns associados ao direito à moradia adequada é a obrigatoriedade do Estado de construir habitação para toda a população, e que as pessoas sem habitação podem exigir automaticamente uma casa do poder público. Apesar de os governos implantarem programas habitacionais, o direito à moradia adequada não obriga que o governo construa todo um parque habitacional de uma nação. O direito à moradia adequada abrange medidas que são necessárias para evitar a falta de moradia, proibir as remoções forçadas e a discriminação, focar nos grupos mais vulneráveis e marginalizados, garantir a segurança da posse a todos, e garantir que a habitação de todos seja adequada. Essas medidas exigem a intervenção governamental em vários níveis: legislativo, administrativo, de políticas e/ou prioridades de gastos. Porém, o direito à moradia adequada pode ser implementado através de uma abordagem em que o governo viabilize a habitação, ao invés de provê-la (BRASIL, 2013).

A exemplo da viabilidade de habitação, destaca-se o PMCMV, como descrito anteriormente, cujo objetivo principal é financiar a casa direto ao morador e é dividido entre dois públicos: a população de baixa renda e a população de média renda, a respeito disso Mastrodi e Zaccara, (2016) expõem que o PMCMV acaba por promover o direito à moradia completamente associada à produção e transferência de propriedades imobiliárias garantidas por financiamento bancário assim em caso de desapropriação temos o embate entre proprietário que possui o título e o morador residente no local, a respeito disso os autores afirmam que:

[...] atualmente, em caso de desapropriação, o proprietário é indenizado, mas ao morador sem justo título nada é devido pela perda do direito à moradia. Vê-se que este direito não possui muita garantia. Tanto que o Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais propugna que moradia deve ser um direito a partir da garantia de posse conferida pelo Estado ao seu morador. Garantia de posse, e não de propriedade (MASTRODI e ZACCARA, 2016, p.860).

Ou seja, ao habitante que exerce o seu direito de morar em construções irregulares, autoconstrução ou ainda em locais de invasão, e não possuem o título de posse do local, são mandadas embora sem nada a ser garantido. Do contrário, quem possuir o direito de propriedade acaba por ter uma indenização garantida. Isso se mostra erroneamente no PMCMV quando o direito de propriedade é dado apenas por um cadastro, sem a devida investigação do uso contínuo dessa unidade habitacional, por parte da família contemplada. Deixando a margem do que muito acontece no Brasil: o aluguel da unidade habitacional.

Vale ressaltar que a unidade habitacional do PMCMV só é concedida, quando o crédito do futuro morador é aprovado, ainda que seja dito que este programa atende pessoas sem renda, dificilmente quem não tem crédito tem acesso a habitação (Mastrodi; Zaccara, 2016, p. 866). Assim, o direito à moradia não pode ser confundido com o direito à propriedade, uma vez que a moradia corresponde ao uso efetivo da coisa, enquanto o direito da propriedade garante a posse do local. Nesse cenário, o direito à moradia para a população excluída ou que tinha pouca chance de acesso é exercido à custa do direito à propriedade, beneficiando a iniciativa privada por parte dos bancos, incorporadoras e construtoras, e a administração pública que é vista como interessada em resolver o déficit habitacional.

Dentre o foco de estudo da pesquisa, ao abordar e diferenciar esses conceitos, entende-se as autoconstruções nas áreas de invasão (ressaca) na cidade de Macapá, como moradia, no qual os habitantes podem ser retirados sem muitas garantias. Já as unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Macapaba, é visto como direito à propriedade, o que contribui no entendimento de alguns casos em que os beneficiados pelo PMCMV acabam alugando a sua unidade habitacional, ou seja, transforma a mercadoria em sua própria fonte de renda.

Assim, a política habitacional na cidade de Macapá, não se difere da política habitacional no Brasil, que predomina a construção das habitações com base nas escolhas que visam o terreno, as áreas mínimas dos ambientes, contribuindo para mais casas no mesmo terreno e conseqüentemente mais habitações para ofertar a população que muitas vezes se depara com imóveis de baixa qualidade e distantes do centro da cidade.

A distância das habitações e moradias do centro da cidade são fatores que influenciam na segregação urbana, uma vez que a classe dominante segrega os outros grupos sociais à medida que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e construção atua direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. A exemplo disso Corrêa (1989) apresenta a auto segregação e a segregação imposta. A primeira refere-se à classe dominante e a segunda à de grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas (CORRÊA, 1989, p. 64).

Dessa forma, os conjuntos habitacionais construídos longe dos centros urbanos caracterizam por segregação imposta, uma vez que não tendo opção acabam optando por aceitar a habitação distante dos centros urbanos. Nesse contexto o historiador urbano Mike Davis caracteriza a segregação urbana como uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média (DAVIS, 2006, p. 105).

O urbano é um conceito que qualifica um modo de vida, que hoje atinge a maioria da sociedade brasileira, cerca de 84,72% dessa população vive em cidades (IBGE, 2022). As dinâmicas urbanas extrapolam os limites das cidades, como é possível verificar em várias atividades como agronegócio, atividades turísticas e utilização de áreas inundadas para a produção de energia elétrica (RODRIGUES, 2008). O processo urbano, aqui apresentado, está vinculado à expansão da área e está intrinsecamente ligado ao capitalismo e conseqüentemente a transformação da terra como mercadoria, visando a dinâmica econômica e o lucro.

As formas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno ‘à moda’ da periferia. Realizaram-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade.

Nesse cenário, Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e, especialmente, o Rio de Janeiro são exemplos de cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, p. 17, 2013). O meio urbano da cidade de Macapá, também seguiu no mesmo padrão destas cidades, uma vez que a prioridade passou a ser o embelezamento da sua orla e, conseqüente, a expulsão para a periferia, das famílias que anteriormente ali habitavam. Essas famílias destinaram-se sobretudo para áreas de ressacas em Macapá.

Esse processo intenso de urbanização, trata-se de um movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial da população, bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia e água, além de outros equipamentos urbanos. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, a cidade foi sendo ocupada e foram construídas as condições para viver nesses espaços. Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, a maioria da população mundial mora em cidades (MARICATO, 2013).

Com alto percentual da população residindo em cidades é necessário que haja planejamento urbano, esse planejamento tem como objetivo a cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada das áreas urbanas, o progresso e o desenvolvimento das cidades (RODRIGUES, 2008). Entretanto, o planejamento é competência do Estado e este é, em geral, a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário. Essa assertiva que pode ser baseada nas complexas análises de Lefèvre, entre outros marxistas, e aplicada indistintamente para Paris ou São Paulo (MARICATO, 2013).

Nesse contexto, há diferenciações entre a cidade ideal e a cidade real. A cidade ideal é o local de troca, da realização de acontecimentos, da ciência, do conhecimento e é planejada, sem pobres e sem pobreza e com alto padrão de qualidade de vida. Na cidade real, os agentes capitalistas da produção do espaço urbano têm, entre si, contradições, pois procuram obter a maior renda, lucro e juros. A produção e o consumo do espaço urbano obedecem à lógica dos agentes tipicamente capitalistas, que são: os proprietários de terras, os promotores imobiliários, os setores industriais ligados aos insumos para a produção na e da cidade, a indústria de edificações, o setor de incorporação imobiliário e o capital financeiro (RODRIGUES, p. 112-113, 2008).

Entretanto, o que se constata analisando as cidades brasileiras são: a segregação socioespacial, a poluição da água e do ar, a falta de moradia e de saneamento ambiental, a ausência de equipamentos de consumo coletivo (como transportes coletivos), os

congestionamentos e as moradias inadequadas e insalubres. Estes aspectos constituem alguns elementos da cidade real (RODRIGUES, 2008).

Ou seja, quanto mais a cidade se reproduz, mais caro é o preço da terra e das edificações, tornando inacessível o ideal para a maior parte dos que moram os meios urbanos. A terra e a cidade não são mercadorias elásticas. Não diminuem de preço quando há maior oferta de terras e de unidades de moradia. É o que se observa na expansão da área urbana dos municípios, na implantação de infraestrutura e nos meios de consumo coletivo. Terras desocupadas, imóveis construídos vazios são concomitantes ao *déficit* habitacional e à precariedade de moradias (RODRIGUES, 2008, p. 113).

Neste sentido, o Brasil teve um crescimento da população urbana marcado por uma matriz segregadora em sua origem. Destarte, a precariedade e a informalidade tornaram-se a regra, e não exceções de uma urbanização, a princípio, boa, mas que não é capaz de dar conta da demanda, argumentação está, bastante frequente. A urbanização, nas últimas décadas, ocorreu por padrões estruturalmente desiguais, ou seja, construiu-se o espaço urbano, desde a gênese do processo, por meio de uma lógica perversa de exclusão socioespacial (WHITAKER, 2016, p.69). Essa precariedade e informalidade resultaram na pobreza, que pode ser compreendida como um processo completo de escassez de recursos econômicos, sociais, culturais, institucionais e políticos que afetam vários setores e várias dimensões da sociedade (ZICCARDI, 2008).

Assim o intenso processo de urbanização, resultou na falta de geração de empregos suficientes, e na falta de oferta de moradias, infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos, resultando na ocupação desordenada do solo e na expansão contínua das periferias. A precariedade do saneamento básico, os problemas de tráfego e a deficiência nos sistemas de transportes públicos, agrava o cenário e revela a baixa qualidade do ambiente urbano na maioria das grandes cidades brasileiras, fazendo com que as chamadas áreas urbanas desfavorecidas, como: favelas, mocambos, invasões entre outras- sejam uma presença marcante nas paisagens urbanas brasileiras (LORENZETTI, 2001, p.61).

Portanto, a habitação social percorrida nesta seção, demonstra que o Estado atua com base a legislar, pressupondo que há uma preocupação em prover habitações para a população de baixa renda, entretanto as bibliografias levantadas no campo arquitetônico, urbanístico e geográfico, além do levantamento documental das legislações a respeito dos programas habitacionais, validam que a habitação social é destinada para a parcela da população que possui crédito aprovado para o financiamento do apartamento que muitas vezes não corresponde as expectativas dos moradores, tendo em vista o número de quartos para famílias com mais de

dois filhos, a distância das habitações em relação ao centro da cidade, tendo como consequência a segregação social imposta e a fragilidade estrutural dos apartamentos entregues.

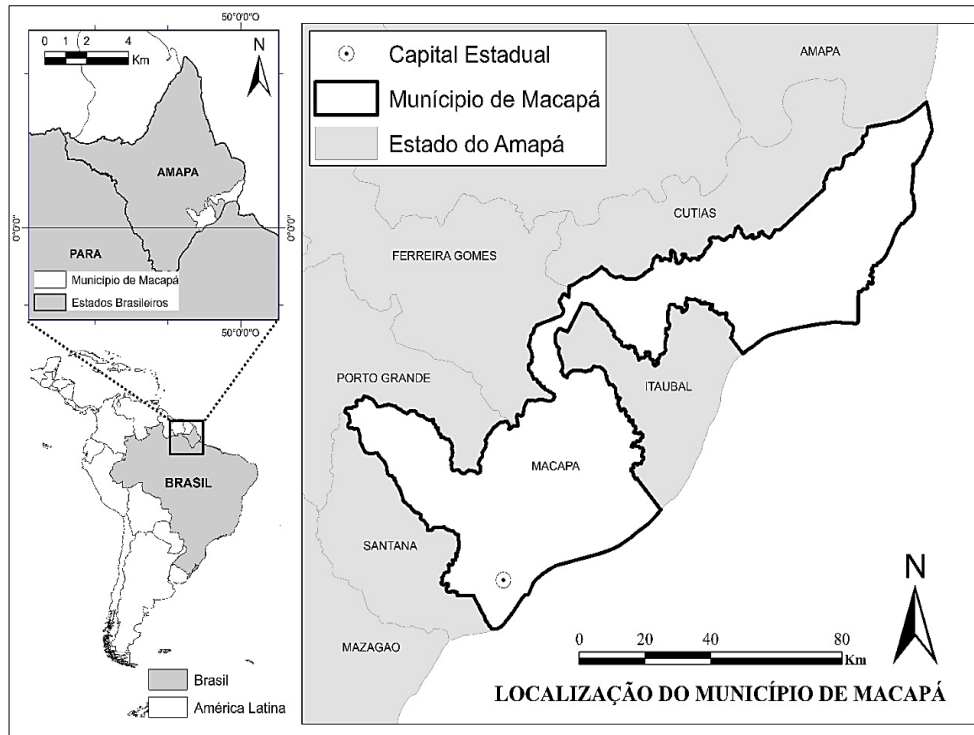
3 EXPANSÃO URBANA E AS HABITAÇÕES PALAFÍTICAS EM MACAPÁ-AP

Neste capítulo, será apresentado o processo de expansão urbana na cidade de Macapá, estado do Amapá. Com a finalidade de auxiliar o entendimento da ocupação da população de baixa renda nas áreas de risco, que são apresentadas na cidade como áreas alagadas, ou como conhecidas regionalmente, áreas de ressaca. Essas áreas, não apropriadas pelo mercado imobiliário formal, se tornou um mercado informal com as construções de palafitas, erguidas muitas vezes pelo próprio morador, com auxílio da comunidade. Assim o presente capítulo apresenta na primeira seção a análise dos cinco planos diretores de Macapá, demonstrando o crescimento da malha urbana e os objetivos definidos para as áreas de ressaca. Na segunda seção é apresentado a realidade das áreas de ressaca bem como as habitações palafíticas nessas áreas.

3.1 A EXPANSÃO URBANA EM MACAPÁ E OS PLANOS DIRETORES

Na medida em que se analisa a urbanização brasileira, em geral, o contexto analisado é o sul e Sudeste do País. Raramente se avalia a urbanização na região Amazônica, que representa aproximadamente 60% do território nacional (IBGE, 2022). A Amazônia guarda imensas riquezas naturais em seu solo e subsolo, além de reunir condições climáticas e geográficas que permitem seu acesso e exploração. Considerando estas características, houve a implantação e execução de grandes projetos de mineração a partir de meados do século XX, que foram, também, responsáveis pela expansão populacional amazônica com a criação de novas localidades, comunidades, municípios, cidades e estados. Nesse cenário inserisse o local de estudo no município de Macapá, que conforme demonstra a Figura 3, está inserida na região amazônica brasileira, no Estado do Amapá.

Figura 3 - Local do estudo



Fonte: Organizado pela autora, elaborado por Medeiros (2022).

Nesse cenário, a instituição da área territorial do Amapá está relacionada a três importantes períodos de exploração da Amazônia. Primeiramente, no período colonial, dentro das estratégias pombalinas, por meio da construção de fortificações para proteger a costa brasileira, com a fundação do Forte de São José de Macapá, no século XVIII. Posteriormente, no século XX, na década de 1940, foram descobertos grandes depósitos de manganês e sob a justificativa da segurança nacional, levaram, em 1943, a criação do Território Federal do Amapá, no Governo Vargas, tendo como capital o município de Macapá. E na década de 1980, com a promulgação da CRFB/1988 houve a estadualização do Amapá, continuando com a mesma capital (CARVALHO, 2020).

Macapá é o município amapaense que historicamente concentra o maior percentual de população do Estado e a maioria dessa população habita a zona urbana do município (quadro 3), mas não somente os dados dizem respeito as áreas propícias as construções habitacionais.

Quadro 3 - Evolução Populacional do Amapá, de Macapá e da área urbana de Macapá

Ano	População do Amapá	População dos municípios amapaenses (excluindo Macapá)	População de Macapá	População urbana de Macapá
1950	37.477	16.883	20.594	10.068
1960	68.889	21.984	46.905	8.654
1070	116.480	30.383	86.097	54.903
1080	180.078	42.626	137.452	93.063
1991	288.690	108.913	179.777	154.063
2000	475.843	192.535	283.308	270.628
2010	669.526	271.322	398.204	381.214
2021*	877.613*	355.256	522.357*	495.239**

Fonte: Censo IBGE (1950 a 2010).

* Estimativa da população amapaense e macapaense para 2021; ** Considerando a estimativa da população macapaense para 2021 e o percentual da população urbana de Macapá, em 2010.

É importante destacar que a área territorial que constituía o município de Macapá no período de Território Federal até 1987 foi intensamente fragmentado, dando origem aos municípios de Santana e Ferreira Gomes, em 1987, e Itaubal, Cutias, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, em 1992. Entretanto, a zona urbana de Macapá instituída com Amapá-estado expandiu, tanto vertical, como horizontal para atender o aumento populacional crescente como demonstrado na Quadro 3. Neste contexto que houve o aumento expressivo da sua população, entre 1980 e 2000 o aumento da população macapaense foi de aproximadamente 106,12% e essa população tem maior concentração na sua área urbana, com 191% de aumento, pressionando intensamente as áreas de ressacas presentes na cidade.

A respeito da ocupação das áreas úmidas, na cidade de Macapá, esta teve início na década de 1950, resultante de diversos processos, dentre eles o intenso fluxo migratório que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 (instalações de grandes projetos no Amapá, como: a Indústria e Comércio de Minérios S.A. - ICOMI e o Projeto Jari), ocasionando um aumento populacional do município de Macapá de aproximadamente 126% (Quadro 2). Entretanto o ‘boom’ do crescimento populacional na cidade de Macapá ocorreu a partir da década de 1970, representando a intensificação das ocupações nas áreas de ressaca. Isso demonstra que a utilização dessas áreas para moradia não é um fato recente e nem desconhecido do poder público (PORTILHO, 2010).

Localmente são utilizadas diversas denominações para se referir as áreas úmidas que recortam a cidade de Macapá como: áreas de ponte, palafitas, áreas úmidas, baixadas, áreas alagadas, ressacas, ocupação na ressaca, ou ainda aglomerados subnormais. Os aglomerados subnormais são definidos como uma ocupação irregular com a finalidade de habitação em áreas urbanas, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação (IBGE, 2010).

O que difere das áreas de ressacas, que são de intensa discussão e objeto de inúmeras pesquisas acadêmicas e trabalhos técnicos no município de Macapá, pois há um contraponto entre a relação cultural do modo de habitar e o ambiente ribeirinho, com relação única e exclusiva de uma população vulnerável economicamente que não podendo pagar pela terra, invade as áreas descartadas pelo setor de habitação formal. A esse respeito Carvalho (2020) explica que:

A população do Amapá, especialmente as que vivem na região do Rio Amazonas, tem uma relação muito próxima com as áreas úmidas porque grande parte delas é de origem ribeirinha. Portanto, o uso do espaço para habitação é uma ação que gera impactos sociais e ambientais profundos devido à falta de planejamento urbano e o crescimento acelerado da população. De fato, houve um processo de urbanização popular em áreas úmidas com habitações do tipo palafitas sem infraestrutura, tornando-se um verdadeiro desafio urbano e a expressão viva da exclusão social, vinculada a problemas como: violência urbana, deterioração ambiental, segregação e propagação da miséria (CARVALHO, 2020, p. 90).

São esses moradores que vêm sendo alvo dos programas de habitação de interesse social que estão sendo executados em Macapá, como por exemplo os conjuntos Macapaba I e II. Entretanto, uma parcela dos moradores destas áreas que são atendidos por estes programas não se adapta às unidades habitacionais a elas disponibilizadas e retornam para as antigas moradias. Assim, a desocupação das ressacas não ocorre de modo efetivo.

Para analisar o processo de expansão urbana do município de Macapá e entender a ocupação de suas áreas de ressacas é necessário avaliar o seu planejamento ao longo da história. O principal instrumento de planejamento para os municípios no Brasil é o Plano Diretor, que é uma lei municipal que deve ser elaborada com a cooperação de toda a sociedade. Portanto, não é uma tarefa exclusiva do prefeito e deve ser revista, pelo menos, a cada dez anos (MALDANER; SANTIN, 2015).

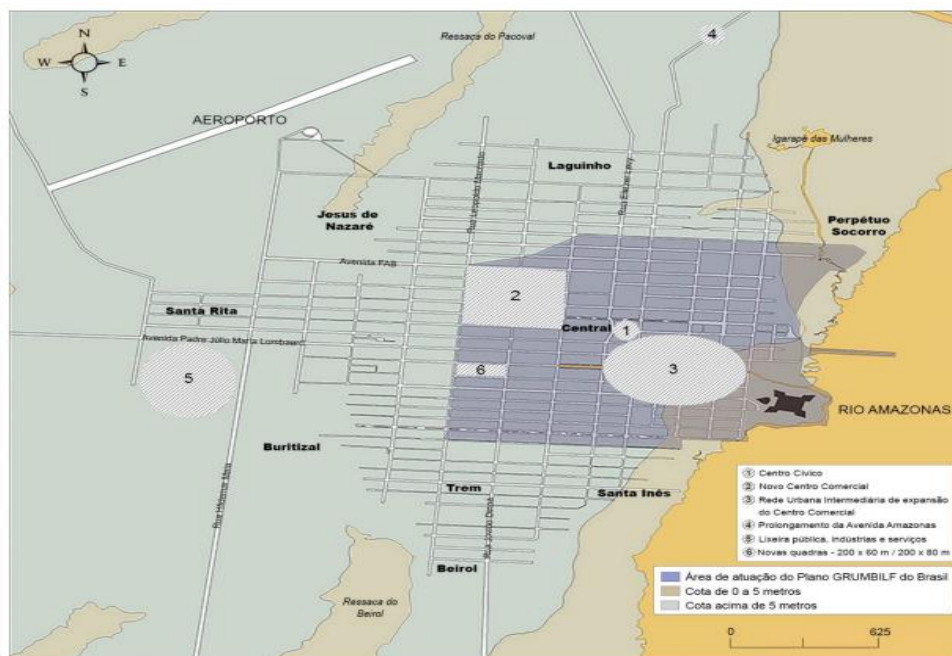
O Plano Diretor tem a finalidade de organizar o crescimento e o funcionamento do município, planejar o futuro da cidade e buscando atender os anseios de toda a sociedade. Destaca-se que não é correto acreditar que o Plano Diretor irá resolver todos os problemas do município. A sua função é estabelecer as diretrizes e estratégias relacionados a diversos temas,

no entanto, depende das especificações de outros instrumentos, como projetos, programas e políticas públicas relacionadas ao planejamento municipal.

Com relação ao Município de Macapá foi possível levantar que o primeiro Plano Urbanístico foi elaborado a partir da implantação da Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes (instalada no atual município de Ferreira Gomes, mas que na época de sua construção a área pertencia ao município de Macapá – Figura 4), quando houve a necessidade de um planejamento de distribuição de energia, e conseqüentemente, fornecimento de água e esgoto. Ou seja, o planejamento urbano para a capital do Estado.

Assim, foi elaborado o Plano Grumbilf do Brasil, em 1960 (Figura 4). Este Plano avaliou a topografia peculiar da cidade de Macapá com seus numerosos lagos e igarapés, situada ao longo da margem esquerda do rio Amazonas, os arrumamentos já projetados no sentido Norte-Sul e Este-Oeste, por acompanharem a margem do rio Amazonas e estipulou as áreas para a expansão urbana e áreas para produção hortigranjeira (Weiser e Tostes (2020).

Figura 4 - Diretrizes do Plano Grumbilf do Brasil



Fonte: Weiser e Tostes (2020).

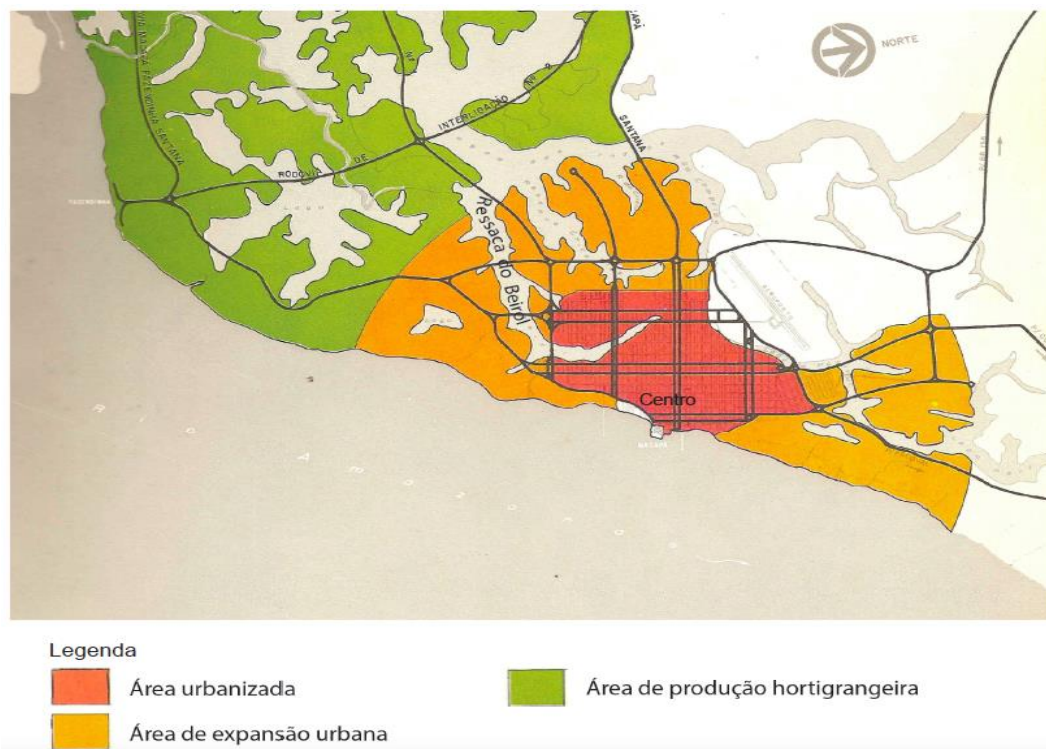
O Plano Grumbilf do Brasil considerou que as áreas alagadas deveriam ser protegidas e conservadas, pois representavam um aspecto típico da cidade de Macapá desempenhando, em conjunto com a vegetação, o papel de pulmões verdes e funcionavam como filtro de ar e, considerou que “os lagos circundados por farta vegetação, já por si mesmo, representam extensos parques, formando uma verdadeira cidade-jardim” (GRUMBILF DO BRASIL, 1960,

p. 27). Entretanto, a ressaca do Pacoval já consta nas diretrizes do plano como utilizável pela sociedade macapaense.

Como os lagos estão em comunicação com o rio Amazonas por meio dos igarapés, o planejamento sugeriu que as áreas fossem controladas por meio de barragens, conservando os lagos das enchentes. Tal planejamento não foi aplicado e com a expansão urbana cada vez mais intensa nas décadas subsequentes, acarretou o crescimento da malha urbana sobre as áreas de ressacas, inclusive com aterramento de algumas áreas e pavimentação de ruas no entorno das ressacas.

O segundo plano a ser elaborado para Macapá foi o Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá (PDUM), construído pela Fundação João Pinheiro, em 1973, o Plano tinha como objetivo nortear o desenvolvimento urbano do município. Assim, delineou a estrutura da expansão urbana nos sentidos, Norte Sul e Oeste da cidade e promoveu um zoneamento urbano, com a definição da função dos terrenos a serem exercidas (Figura 5). A forma de ocupação e utilização dos terrenos urbanos foi definida por meio dos índices de ocupação e taxa de utilização dos terrenos.

Figura 5 - Zoneamento de Macapá elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1973



Fonte: Souza (2017).

Na elaboração PDUM houve a preocupação com a construção de infraestruturas, com as condições de moradia da população urbana de Macapá e, principalmente, com as áreas de expansão urbana, e é neste item, a principal divergência com o plano anterior, pois considerou

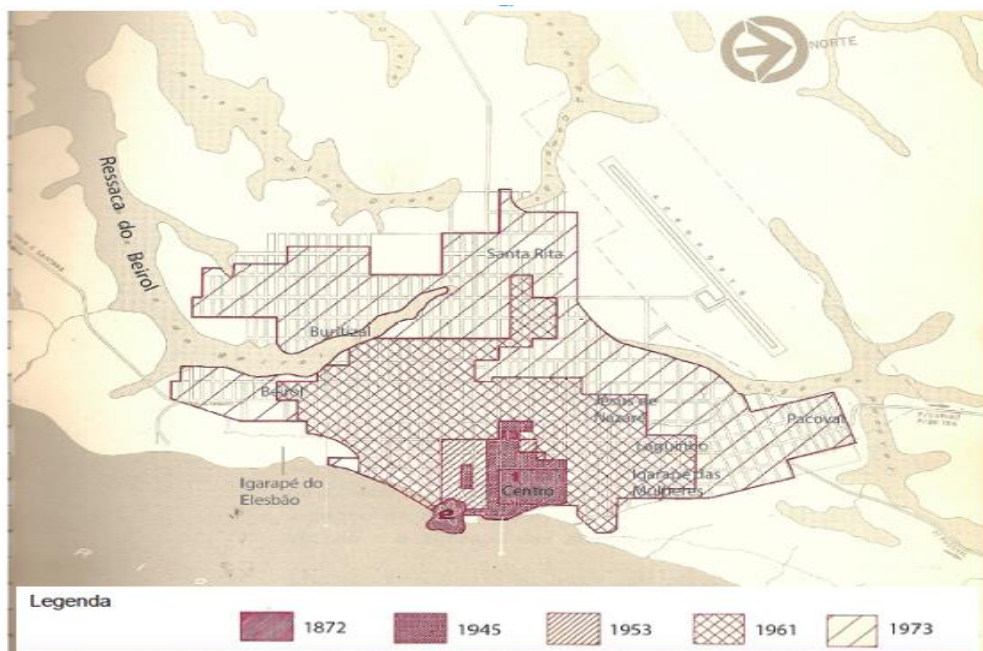
as áreas de ressacas como um “sério obstáculo a expansão urbana” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1973, p. 65) e previu o aterramento de algumas áreas. Nesse sentido, Souza (2017) afirma que:

[...] o plano sugeriu o aterro de alguns braços, com a finalidade de liberar novas áreas à urbanização e melhorar a drenagem superficial. Recomendou a ocupação de áreas de terra firme que se localizavam entre ressacas, como a do Chico Dias e do Beírol, onde já havia expansão espontânea. Propôs o desenho de arruamento às áreas de expansão, onde as vias iriam até a borda das ressacas. Entretanto, alguns eixos viários – compreendidos como indutores de expansão – cortariam as ressacas [...] (SOUZA, 2017, p. 57).

Considerando o exposto nos planos Grumbilf do Brasil (1960) e da Fundação João Pinheiro (1973) e analisando a afirmação de Souza (2017) é perceptível que os planos demonstram interesses antagônicos em relação a importância ambiental das áreas de ressaca. Enquanto o primeiro valorizava as ressacas, dando-lhe importância socioambiental, como corredores ecológicos, denominando como ‘extensos parques’ ou ‘cidade-jardim’, o segundo priorizava a expansão horizontal da cidade, inclusive com o aterramento de algumas áreas.

Na elaboração do PDUM foi necessário identificar como vinha ocorrendo a expansão urbana de Macapá, com a finalidade de projetar o crescimento populacional da cidade para as próximas décadas. Para subsidiar esse planejamento foi elaborado um mapa demonstrando a evolução da ocupação urbana da cidade de Macapá, até 1973 (Figura 6). Neste mapa é perceptível a localização do início da ocupação da cidade, representado pelo numeral 1, e da Fortaleza de São José de Macapá, indicado com o numeral 2.

Figura 6 - Zoneamento de Macapá elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1973

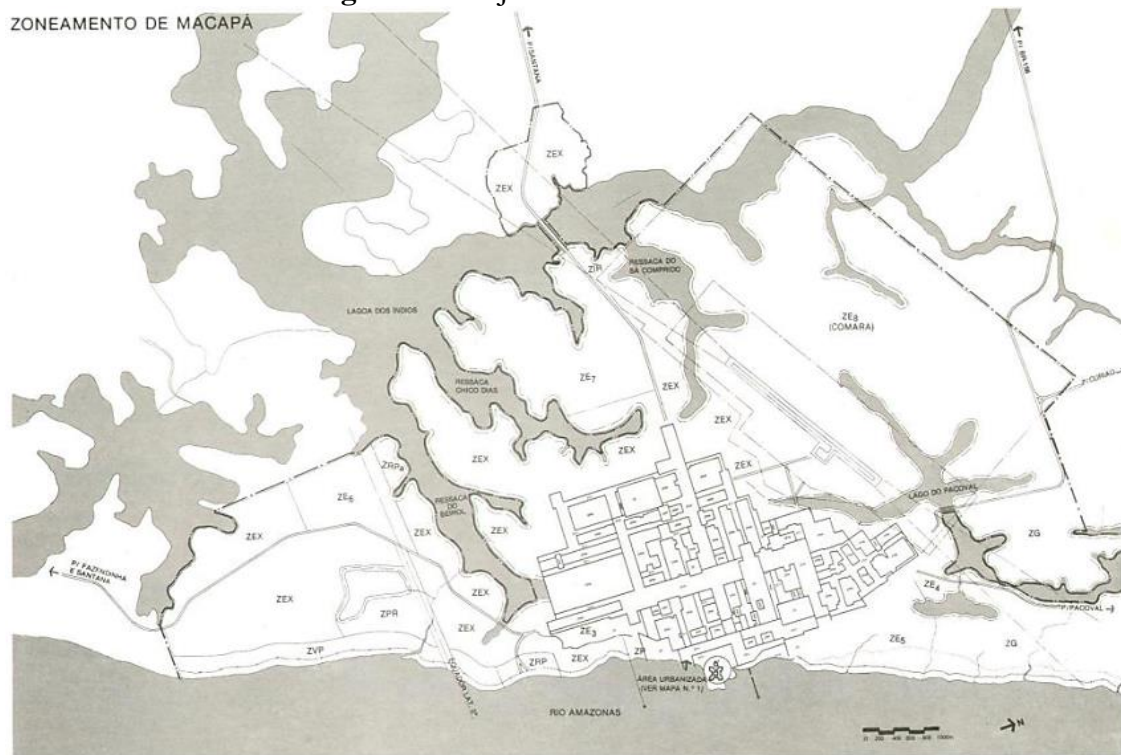


Fonte: Fundação João Pinheiro (1973).

Partes das ressacas do Beírol, Sá Comprido, Pacoval e Chico Dias despontavam como áreas possíveis de ocupação e circulação pelas populações humanas, inclusive com condições de infraestruturas, com a idealização de arruamentos e pontes. O que demonstra que a invasão às áreas de ressaca em Macapá já vinha sendo planejada desde a década de 1970.

Em 1979 ocorreu a elaboração do terceiro Plano Urbanístico de Macapá, o plano desenvolvido pela empresa H. J. Cole & Associados. Neste plano foi apresentada a estrutura de zoneamento e da malha viária da cidade, consolidada em grelha retangular, estrutura urbana que permite uma maior circulação dos ventos para o interior da cidade, com isso seria aproveitado as áreas úmidas. No zoneamento elaborado pela empresa (Figura 8) para subsidiar a elaboração do plano é perceptível que a população da cidade de Macapá já estava expandindo suas habitações em direção às áreas de ressaca, já que os espaços onde não existiam áreas alagadas já estavam ocupados.

Figura 8 - Projeto de zoneamento urbano



Fonte: H. J. Cole & Associados (1979).

É possível observar também, na Figura 8, que o planejamento foi estruturado a partir das seguintes zonas: residencial de Alta Densidade (ZRA); Média Densidade (ZRM); Baixa Densidade (ZBB); Comercial Central (ZCC); Administrativa (ZA); Portuária (ZP); Comercial Atacadista (ZCA); Comercial Vicinal (ZCV); Industrial Residencial (ZIR); Indústria (ZI);

Reserva Pública (ZRP); Verde Recreativa Paisagística (ZVP); Granjas (ZG); Reserva, Paisagística, Histórica ambiental (ZRPa); Expansão Urbana (ZEU) e Zona Especial (ZE).

Essas zonas, auxiliavam no uso do solo, pois delimitava que tipo de estrutura aquele local poderia receber. Além disso é possível observar que a expansão urbana ocorreu no sentido oeste da cidade, uma vez que os sentidos norte e sul, ainda estavam com difícil acesso devido as ressacas do Beiro e do Pacoval, onde naquele momento estavam sem significativas alterações humanas. O Plano de Desenvolvimento H. J. Cole & Associados discorre a ressaca do Pacoval como um entrave, afirmando que:

O Norte da cidade de Macapá está limitado pelo aeroporto, pela Ressaca do Pacoval e áreas baixas. Por essa razão não tem havido nenhuma tendência espontânea para aquela direção. Fora a área do aeroporto, Pacoval representa real entrave de crescimento urbano, porque além norte, sucedem-se áreas baixas contínuas de difícil penetração. Atividades hortigranjeiras constituem o melhor uso dessas áreas e devem ser estimuladas (PLANO H. J. COLE & ASSOCIADOS, 1979, p. 24).

Na realidade o plano da H. J Cole & Associados adaptou e complementou alguns pontos do plano da Fundação João Pinheiro. Porém, modificou radicalmente os pontos concernentes às ressacas, pois proibiu a construção de infraestrutura nas áreas alagadas e justificou este posicionamento afirmando que era necessário manter a qualidade da água e propôs, inclusive o remanejamento de moradores de algumas áreas de baixadas, como a do Elesbão. Mesmo com muitas fragilidades este plano respeitou a importância ambiental das ressacas em Macapá, porém, não foi executado pelo poder público (PORTILHO, 2010). E as áreas de ressacas não foram entrave para a expansão horizontal da cidade.

Um quarto planejamento urbano realizado para Macapá foi o Plano Diretor de 1990, elaborado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização de Macapá (EMDESUR). Esse plano é considerado não oficial, por isso é pouco divulgado e estudado. Entretanto, foi um plano que priorizou o conhecimento técnico local e foi realizado por uma equipe multidisciplinar. Ou seja, os profissionais que elaboraram o plano tinham dupla condição, por serem técnicos e moradores da cidade de Macapá.

Na elaboração do plano de 1990 foram considerados, aspectos como: contexto político nacional (redemocratização do Brasil), transformação do Amapá em estado, condições financeiras/econômicas do novo estado, fragmentação territorial (criação de novos municípios), determinação constitucional (Art. 182 § 1º da CRFB, que tornou obrigatório a elaboração e aprovação de Plano Diretor para cidades com mais de 20.000 habitantes), crescimento demográfico, expansão e inchaço da malha urbana, ampliação dos serviços de infraestrutura, qualidade de vida, participação social e os planos anteriores.

Outra justificativa para a elaboração do plano de 1990 está relacionada com o plano da H. J Cole & Associados e sua execução. Conforme descrito no próprio plano da EMDESUR a empresa não considerou as possíveis alterações no quadro institucional (nacional e local) e populacional da cidade de Macapá, além de inúmeros projetos que faziam parte do Plano e não foram executados.

Com relação às áreas de ressacas em Macapá, o plano expõe, que até 1979 as duas maiores áreas de ocupação desordenadas eram a Baixada do Perpétuo Socorro (Baixada do Igarapé das Mulheres) e a Baixada do Elesbão. Entretanto, a população destas áreas foi remanejada para um espaço a leste da cidade, estabelecendo o atual bairro Nova Esperança (PLANO DIRETOR, 1990, VOLUME I).

O plano de 1990, também, previu a recuperação e conservação das margens das ressacas no meio urbano de Macapá, tendo como finalidade a recuperação de áreas degradadas e posterior transformação em áreas de lazer para os municípios, além de proporcionar melhor qualidade de vida a população residentes destas áreas por meio do “[...] remanejamento e assentamento em áreas não alagáveis” (PLANO DIRETOR, VOLUME III, p.20).

O plano da EMDESUR demonstra as causas e consequências da ocupação das margens das áreas de ressacas e propõem estratégias para sua conservação, como por exemplo, remanejamento da população residente pela prefeitura, instituições de novos loteamentos, criação de mecanismos para evitar novas invasões e implementação de programas relacionados à conservação ambiental (PLANO DIRETOR, VOLUME III).

Embora o plano da EMDESUR tenha sido construído com propostas de participação da sociedade civil e parâmetros democráticos, não foi elaborado utilizando estes critérios, o que configurou como um entrave para a sua execução. Isto é, o poder público municipal não mobilizou a sociedade macapaense para que colaborasse com a equipe técnica na elaboração do Plano. Outra análise que deve ser realizada quando se examina o Plano de 1990 está relacionada às várias lacunas vinculadas à proteção e conservação das áreas de ressacas. Sem a participação social, o Plano Diretor de 1990 configurou como um planejamento inexecutável.

O quinto e último Plano Diretor elaborado para Macapá foi o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá. Um plano elaborado pelo poder executivo municipal em parcerias com entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil organizada. Após a sua conclusão foi submetido ao poder legislativo (Câmara de Vereadores), sendo a lei sancionada em 20 de janeiro de 2004 (MACAPÁ, LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2004-PMM).

O Plano Diretor de Macapá, de 2004, é um plano elaborado a partir das determinações da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade e que prevê em diversos artigos que os planos diretores dos municípios devem ser construídos, não somente com características técnicas, mas sobretudo com a participação de todos os setores da sociedade. Ou seja, os municípios devem elaborar planos com a efetiva participação do poder público e da sociedade.

Para atender a essas deliberações o executivo amapaense envolveu 143 organizações abrangendo entidades das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), como: secretarias, agências, empresas públicas, bancos, escolas públicas, institutos, conselhos, Universidade Federal do Amapá, Ministério Público do Amapá, Corpo de Bombeiro do Amapá e Câmara Municipal de Macapá e organizações da sociedade civil organizada, a exemplo de: associações, cooperativas e federações; além do setor privado, como as faculdades particulares (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, 2004).

Na elaboração desse plano a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) foi assessorada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), uma organização nacional que presta assessoria técnica aos municípios brasileiros e que tem “[...] larga e notória experiência em trabalhos dessa natureza, que concorreu para o aperfeiçoamento do Plano ao apresentar a metodologia e sistemática de trabalho que orientaram um amplo processo participativo” (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, 2004, p. 6).

O Plano Diretor de Macapá, de 2004, foi construído com base em dados coletados em reuniões, seminários e audiências públicas, além de informações teóricas e técnicas. Após aprovação pelo legislativo e sancionado pelo executivo amapaense o plano foi apresentado em 04 de fevereiro de 2004 à sociedade macapaense como parte das comemorações dos 246 anos da fundação da cidade de Macapá.

Os planos Diretores, configura-se como uma ferramenta básica da política de desenvolvimento e de expansão urbana dos Municípios e em Macapá as diretrizes e regras preconizadas pelo plano de 2004 são fundamentais para o ordenamento territorial e consequente, para que a propriedade no meio urbano cumpra sua função social. O plano, também, prevê que o Poder Executivo Municipal atue promovendo o desenvolvimento urbano, com a aplicação de novos instrumentos de política urbana. Assim, “o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual devem incorporar as diretrizes e prioridades definidas pelo Plano Diretor” (BOTELHO, 2011, p. 74).

Analisando o conteúdo do plano é possível verificar a preocupação com a questão ambiental, inclusive no seu título. E as áreas de ressacas têm atenção especial, consideradas patrimônio ambiental do município e definidas como “áreas que se comportam como reservatórios naturais de água, apresentando um ecossistema rico e singular e que sofrem a influência das marés e das chuvas de forma temporária” (MACAPÁ, LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2004-PMM, ART. 5, §4).

O plano considera as áreas de ressacas como espaços importantes para a manutenção da biodiversidade e da qualidade de vida da população local e prevê a sua proteção e recuperação, assim como as diretrizes específicas de uso e ocupação habitacional e determina que as ressacas devem ser desocupadas e as famílias transferidas para locais apropriados, conforme descrito no art. 25 da Lei Complementar:

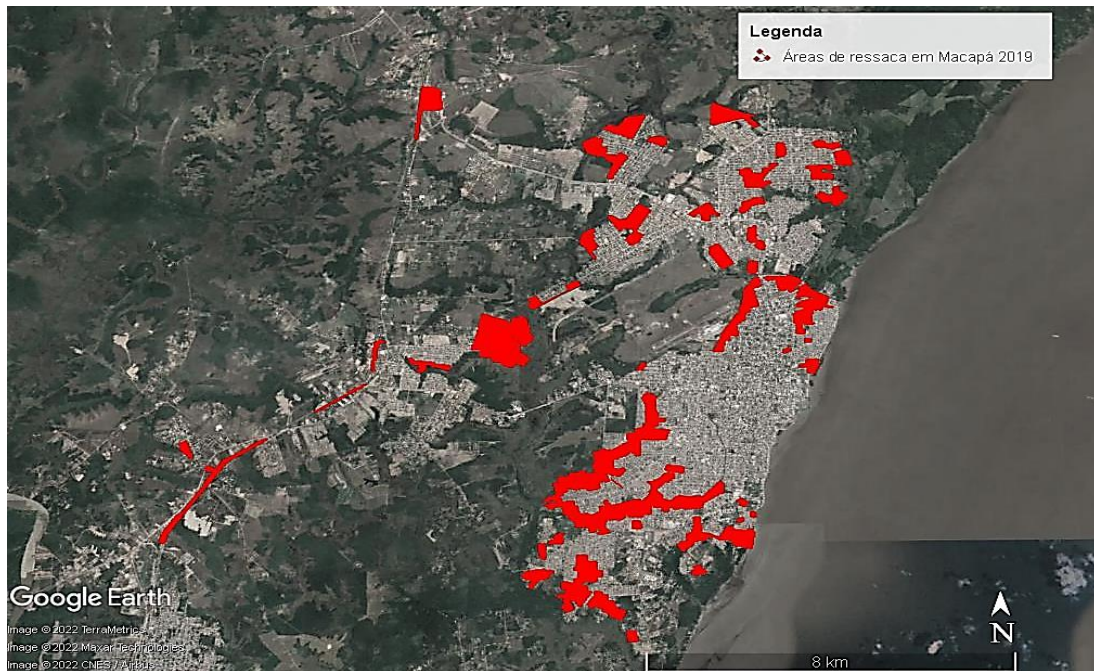
Art. 25 São diretrizes específicas para a ocupação habitacional nas áreas das ressacas:

- I - complementação da urbanização e adequação das condições de moradia apenas em áreas já comprometidas com aterramento e próximas à área central, implantando sistemas de saneamento básico e de drenagem das águas pluviais;
- II - diminuição do impacto ambiental e oferecimento dos serviços públicos possíveis nas áreas de ressacas com ocupação muito intensa, enquanto não for possível finalizar o reassentamento da população de baixa renda;
- III - prioridade no reassentamento das famílias que habitam em áreas de ressaca, seguindo critérios que levem em conta a localização, o grau de degradação e os riscos socioambientais das ressacas;
- IV - transferência das famílias prioritariamente para terrenos vazios das proximidades;
- V - envolvimento dos moradores da ressaca, através de suas associações de moradores e representantes legais, na escolha e definição das áreas com possibilidade de reassentamento;
- VI - coibição de novas ocupações irregulares nas áreas de ressaca, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados (MACAPÁ, LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2004-PMM, Art. 25, Incisos I ao VI).

Avaliando as diretrizes determinadas para a ocupação humana nas ressacas é possível inferir que há preocupação com as condições de moradia; aterramentos das áreas e as consequentes degradações ambientais locais; condições precárias de saneamento básico e drenagem urbana; ações dos poderes públicos, com o fornecimento de serviços básicos à população residente nas áreas; reassentamento de famílias e a proibição de novas ocupações. Cenário que demonstra alto grau de degradação socioambiental das ressacas em Macapá.

Ponderando sobre o descaso do poder público com o planejamento do município de Macapá durante décadas, constata-se que houve no decorrer dos anos a solidificação das áreas de ressaca no perímetro urbano de Macapá, pelo uso e ocupação de forma inadequada, essa situação pode ser observada na Figura 9, onde é possível constatar as áreas de ressaca em vermelho permeando o perímetro urbano com o tracejado das vias e consequentemente populações habitando essas áreas.

Figura 9 - Ressacas no perímetro urbano do município de Macapá/AP



Fonte: base de dados do IBGE, adaptado pela autora (2022).

Considerando a Figura 9, é possível induzir que praticamente todas as áreas de ressacas, marcadas em vermelho no mapa, em conjunto com meio urbano de Macapá, estavam ameaçadas nos diagnósticos dos planos diretores anteriores, foram descaracterizadas por ocupação irregular humana. As ressacas do Pacoval e Beírol, por exemplo, situadas respectivamente, ao norte e ao sul da cidade não foram entrave para expansão urbana horizontal, percebe-se (figura 10) que a malha urbana cresceu ao redor das ressacas, sendo a zona norte, atualmente, a área que mais cresce em número de loteamentos de uso residencial, comercial e misto.

Outra consideração relativa ao plano diretor de 2004 é quanto a sua meta de trabalho que deve priorizar o desenvolvimento sustentável, assim necessita buscar valorizar as potencialidades culturais, econômicas, sociais e ambientais do município e com isso elevar a qualidade de vida da população. Ou seja, com base nesta meta as áreas de ressacas deveriam estar protegidas e com alto grau de preservação. Entretanto a realidade macapaense é totalmente diferente e o plano continua sendo apenas um documento não executável.

Com relação a sustentabilidade das ressacas até o momento não foi executada, aliada a ausência de infraestrutura e serviços públicos de qualidade para a população. Assim o plano necessita de revisão com o intuito de adequá-lo à realidade e as necessidades da cidade, considerando suas transformações recentes, como o aumento populacional e a dinâmica ambiental, em especial, as enchentes que são constantes na cidade no período chuvoso, tendo

em vista que de 2004 a 2022 (ano de finalização desta pesquisa), não houve mais elaboração e aprovação de planos diretores no município.

Conforme demonstrado nessa seção, analisando os planos diretores elaborados para Macapá, é possível perceber que a execução desses planos é problemática, pois em geral há um distanciamento entre os propósitos dos planos e a realidade da cidade, logo o estado do Amapá não difere do restante do Brasil que se compromete na ação de legislar como demonstrado no capítulo 1. Assim, o crescimento da população na cidade de Macapá e conseqüentemente o crescimento da demanda por acesso à moradia ocasionou as alterações ambientais nas ressacas seja por aterramento, construções de pontes ou até mesmo pela construção de habitações dentro das ressacas, como será analisado no próximo item.

3.2 HABITAÇÃO PALAFÍTICA EM ÁREAS DE RESSACA

A expansão urbana de Macapá e conseqüente ocupação das áreas de ressacas foi uma condição que ocorreu ao longo das décadas em conformidade com a expansão horizontal da cidade. A zona norte foi sendo ocupada e como conseqüência as áreas de ressacas foram sendo tomadas como ambientes de moradia, é o caso da ressaca do Pacoval.

Essa situação foi possível a partir das edificações das pontes Sérgio Arruda e Canal do Jandiá, em 2013 conforme exposta na Figura 10, percebe-se que a ponte deu acesso à população (comparativo com a Figura 8 desta seção, na qual não havia expansão sob a ressaca podendo ser observado no sentido norte geográfico da imagem). Aliadas a esta expansão que possibilitou mais acesso a terras, os poderes públicos, municipal e estadual, foram incentivados a disponibilizar alguns serviços como, por exemplo: fornecimento de energia e água, coleta de resíduos e transporte públicos, incentivando a ocupação da área.

Figura 10 - Pontes sob o Canal do Jandiá (Macapá/AP)



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora (2022).

Diferentemente do acesso à zona norte, que ocorreu a partir da construção de pontes sobre o canal do Jandiá, que consolidou a ocupação da ressaca do Pacoval, o processo de expansão sobre a ressaca do Beírol, na zona sul da cidade, se concretizou por aterramento. Figura 11 (comparativo com a Figura 8, presente nesta seção, onde é possível observar apenas a ressaca sem nem uma alteração no sentido sul geográfico da imagem). Em 1973, de acordo com dados do Plano Grumbilf, as construções deveriam ocorrer no entorno da ressaca, entretanto não foi o que aconteceu, pois, os poderes públicos (estado e prefeitura) efetuaram aterramentos com a finalidade de promover o acesso da população à terra firme e para atender aos munícipes com transportes públicos.

Figura 11- Aterramento do Canal do Beírol (Macapá/AP)



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora (2022).

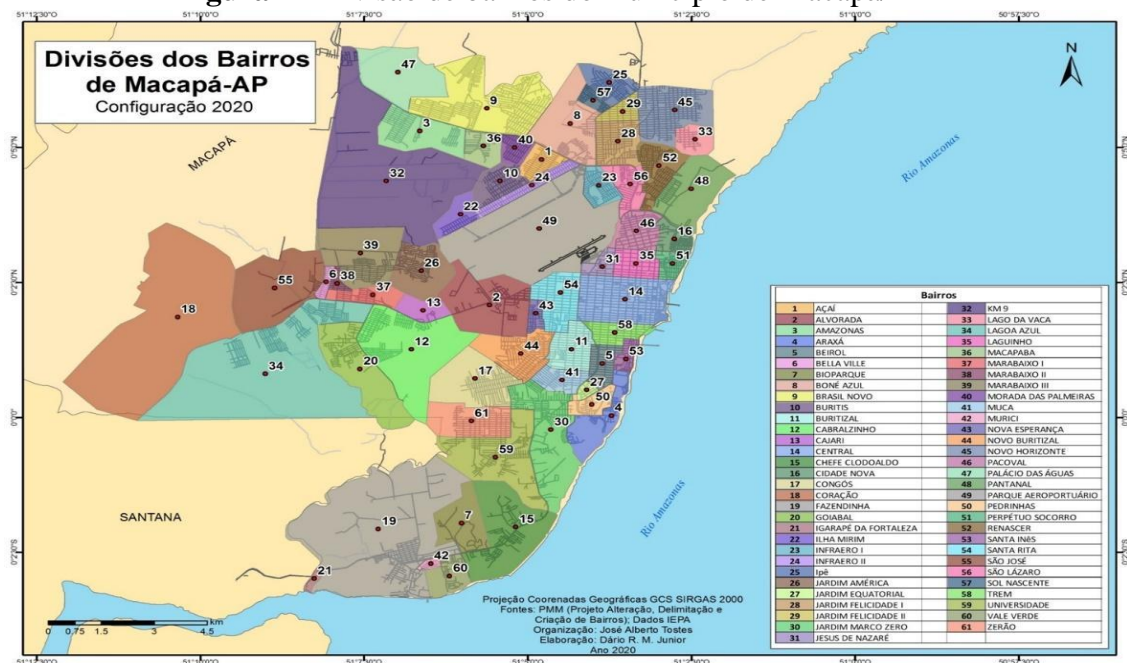
Examinando a Figura 11 é possível verificar que a antiga extensão da ressaca do Beirool resultou em um simples canal que atualmente auxilia, precariamente, no escoamento da água pluviais ao longo da zona sul da cidade, com o desaguar das águas no rio Amazonas. Essa redução na área da ressaca permitiu a ampliação do acesso a terras e, conseqüentemente, o aumento da infraestrutura para a zona Sul da cidade.

Do mesmo modo, a Zona Oeste do município de Macapá corresponde a zona de maior interligação da cidade com outros municípios como Santana que atualmente compromete a ressaca do Chico Dias, ressaca Lagoa dos Índios e a ressaca Sá Comprido, essas ressacas não compreendem como objeto desta pesquisa, pois não foram ressacas contempladas pelo conjunto habitacional Macapabá, que será exposto na seção estudo de caso no próximo capítulo.

Analisando a expansão territorial da área urbana de Macapá, percebe-se que ocorreu nos eixos horizontal (sentidos norte, sul e oeste) e vertical (construção de prédios residenciais), crescimento que tem como finalidade proporcionar acesso à moradia à população. No sentido leste há um impedimento geográfico, pois Macapá, como ocorreu com várias cidades amazônicas, foi edificada na margem esquerda do rio Amazonas.

Ou seja, o crescimento da cidade tem uma de suas bases estruturadas nas áreas úmidas, embora a estrutura do solo seja frágil para a edificação de casas, mesmo com essas características particulares que poderiam ser vistas como empecilho o crescimento urbano continua, inclusive com a criação de novos bairros (Figura 12). Atualmente a cidade conta com 61 (sessenta e um) bairros distribuídos ao longo da malha urbana.

Figura 12-Divisão de bairros do município de Macapá/AP

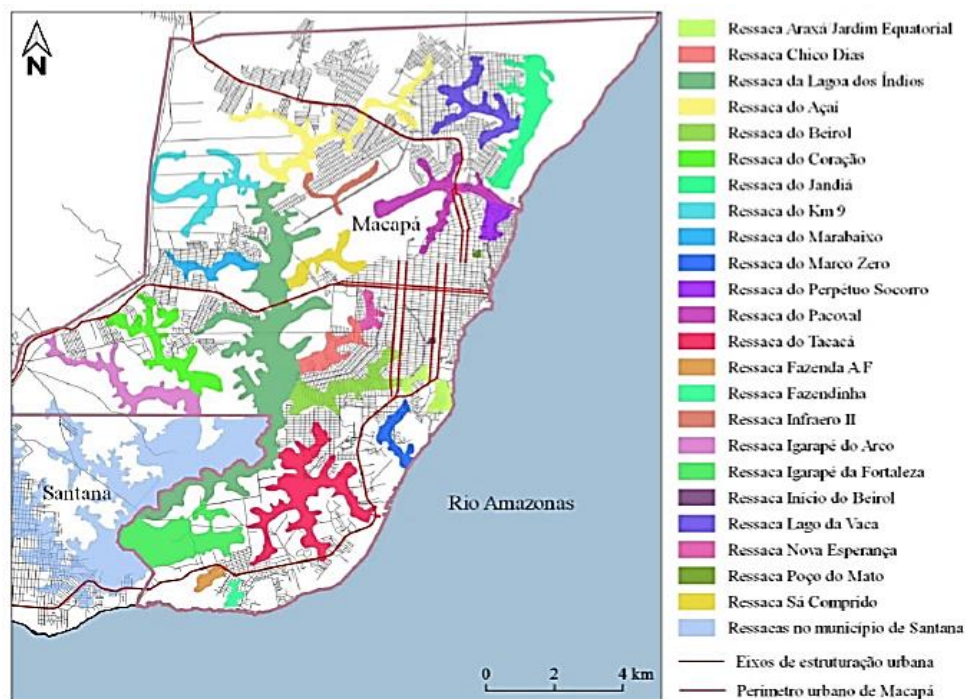


Fonte: Tostes (2020).

Conforme demonstrado na Figura 12, houve uma intensa expansão urbana em todos os sentidos geográficos, demonstrando que as áreas de ressaca não foram um empecilho, nem tão pouco conservadas como os Planos pretendiam. Pois assim como exposto na seção sobre o urbano e urbanização as dinâmicas urbanas extrapolam os limites das cidades, e assim como a cidade real, Macapá também apresenta poluição das águas e falta de moradia para atender a população.

Considerando a Quadro 3 a estimativa da população macapaense para 2021 era de 522.357 pessoas, sendo que deste total 495.239 habitam o meio urbano de Macapá. Atualmente na cidade de Macapá são catalogadas 24 (vinte e quatro) ressacas (Figura 13) que possuem um total de 36.470.392 m², correspondendo cerca de 20% do total da área do perímetro urbano da cidade (SANTOS, 2011). Entretanto, nem todas as áreas de ressacas são utilizadas para atividades humanas, ainda existem áreas com alto grau de conservação, porém a maioria que recortam a malha urbana de Macapá são utilizadas para as atividades socioeconômicas, como habitação, extração de argila, pecuária, piscicultura, caça, pesca e coleta de produtos florestais (SILVA, 2019).

Figura 13 - Áreas de ressaca em Macapá no ano de 2019



Fonte: Silva (2019).

Em geral as áreas de ressacas são consideradas impróprias para a construção de habitações humanas e outras atividades socioeconômicas e legalmente são protegidas pelos três entes federativos (federal, estadual e municipal). Em nível federal a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que normatiza as APP e considera esse ambiente como:

[...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL. LEI Nº 12.651/2012, Art. 3º, Inciso II).

É possível verificar no inciso, em destaque, que as características expostas são compatíveis com o ambiente das ressacas em Macapá, pois o ecossistema original destas áreas é composto por vegetação nativa que tem a finalidade de preservar e conservar os recursos hídricos e a biodiversidade e que servem como corredores de ventilação e são sujeitas a inundações pluviais e por marés. Ou seja, têm influência direta da dinâmica de marés do rio Amazonas.

Em nível estadual houve a emissão da Lei nº 0455 em 1999, que delimita e tombava as áreas de ressaca localizadas em todo o Estado do Amapá. Essa lei foi revogada em 2004 com a aprovação da Lei nº 0835, de 27 de maio de 2004, que regularizou, entre outros assuntos, o uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca no Estado do Amapá. Esta lei previu que “Ficam proibidas novas ocupações e uso de áreas de ressaca urbanas e periurbanas, exceto para execução de obras de infraestrutura” (AMAPÁ, LEI Nº 0835/2004, Art. 2º). É perceptível que esta determinação legal não vem sendo respeitada e o aumento da ocupação e degradação das ressacas é acelerado.

Já o município de Macapá, por meio de sua Câmara Municipal, aprovou e o executivo sancionou duas normas relativas às áreas de ressaca. As Leis Complementares nº 29 e nº 30, as duas emitidas em 24 de junho de 2004. A primeira instituiu as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá, tendo como prioridade estabelecimento de critérios e diretrizes a proteção das áreas de preservação e fragilidade ambiental, o que inclui as áreas de ressacas constantes na zona urbana de Macapá (MACAPÁ, LEI COMPLEMENTAR nº 29/2004).

Enquanto a segunda dispõe sobre o parcelamento do solo urbano de Macapá e estabeleceu a obrigatoriedade de reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 30 metros de cada margem ao longo das áreas de ressacas (MACAPÁ, LEI COMPLEMENTAR nº 30/2004). As imposições previstas legalmente pelo município, também, não são consideradas. E esse cenário de degradação acontece devido à ausência de controle, monitoramento e fiscalização, ou seja, é deficitário o gerenciamento dos poderes públicos relacionado às ressacas em Macapá.

Pelo rol de legislações pertinentes às áreas de ressaca em Macapá são perceptíveis a fragilidade destes espaços, entretanto, não foi possível frear o ritmo de ocupação e degradação socioambiental. Além das legislações há a publicação de vários resultados de pesquisa relacionada ao potencial ecológico, uso e ocupação das ressacas, inclusive definido teoricamente essas áreas, como é o caso de Neri (2004), que as define como:

[...] expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas (NERI, 2004, p. 3).

O crescimento demográfico é acentuado em Macapá, como pode ser comprovado pelos três últimos censos do IBGE (Quadro 3). Entretanto, vale lembrar que grande parte desse contingente é constituída por pessoas não qualificadas profissionalmente que encontraram dificuldade em entrar e permanecer no mercado de trabalho e, ainda, o fato de a oferta de empregos ser bem menor que a demanda.

Essa condição colaborou para o aumento do número de desempregados, surgindo um grande contingente de pessoas atuando no mercado informal e, por conseguinte, restou-lhes como opção de moradia mais barata e que fosse próximo ao centro da cidade, onde a oferta de emprego é maior, a invasão às áreas de ressacas que, apesar de serem áreas desprovidas dos equipamentos e serviços urbanos, é ao mesmo tempo, para muitos uma alternativa de habitação, haja vista a localização privilegiada de algumas, próximas ao centro urbano (NERI, 2004).

A caracterização da população usuária das ressacas é, em geral, de baixa renda, decorrentes das condições de desemprego, subemprego e informalidade que coloca os trabalhadores e suas famílias em situação precária e de vulnerabilidade social (ZICCARDI, 2006). Circunstância que aumenta o número de famílias que precisam viver nestas áreas. Os moradores das ressacas vivem, prioritariamente, da economia informal, predominando atividades ligadas à construção civil, como, por exemplo: carpinteiro, pedreiro, eletricitista e pintor.

Com relação às habitações das áreas de ressacas são similares as casas ribeirinhas amazônicas, do tipo palafita (demonstrada na Figura 14), caracterizam-se em grande parte pela construção em madeiras, por ser barata e abundante na região. O acesso às casas é realizado por pontes, também, de madeira, que precisam ser renovadas constantemente e, quando a reforma não ocorre é comum os acidentes, principalmente de crianças e idosos, ou o isolamento deste público que não consegue sair de casa.

Figura 14 - Palafitas nas áreas de ressacas em Macapá



Fonte: autora (2021).

Outras características das áreas de ressaca ocupadas pela população é a ausência ou deficiência de serviços públicos, como fornecimento de água, energia e esgoto, além da precariedade ou falta de coleta de lixo, o que provoca o acúmulo de resíduos sólidos, formando lixeiras viciadas. Ou seja, o saneamento básico é inexistente, o que resulta em doenças como vômito e diarreias, causadas pela péssima condição ambiental.

Nas áreas de ressacas, outra peculiaridade das casas são os seus ambientes, com reduzido cômodos a cozinha passa a ser um dos lugares mais importantes, pois muitas das residências não têm salas de estar e, a convivência familiar é feita durante a preparação de alimentos. Na cozinha, é comum encontrar o ‘jirau’, que é uma abertura acima da janela sobre a pia da cozinha para evitar que o cheiro dos alimentos permaneça dentro da casa. O pátio é outro elemento importante na construção das palafitas, porque é um lugar de transição entre o espaço público e o privado (CARVALHO, 2020).

Constata-se, também, que os moradores constroem as suas casas, nas áreas de ressacas, com recursos próprios, pois não recebem de nenhuma instituição pública ou privada financiamentos, até pela ilegalidade de construir estruturas nestes espaços. O que ocorre, normalmente, é a mobilização de vizinhos e organizações comunitárias que apoiam as famílias que necessitam de moradias, tanto financeiramente, como no ato da construção das casas.

Os serviços públicos básicos nestas áreas são praticamente inexistentes. Em geral, os moradores não são ouvidos pelas autoridades governamentais e suas demandas por estes serviços são crescentes. Em várias ocasiões, a população se reúne para exigir de políticos ou instituições do governo estadual ou municipal a manutenção das pontes de madeira, pois são os principais meios de mobilidade interna dos habitantes (CARVALHO, 2020).

Nas ressacas ocupadas por moradias humanas é perceptível que a maioria das instalações sanitárias são externas às casas, o que demonstra o desconforto e a insalubridade em que vivem os moradores. Cerca de 70% dos domicílios têm seus dejetos humanos lançados diretamente na água, colocando em risco a saúde dos moradores e poluindo o meio ambiente, tendo como consequência altos níveis de doenças de veiculação hídrica (TOSTES 2016; SILVA, 2019).

Destaca-se, também, as precárias condições de abastecimento de água, normalmente os moradores utilizam a água da própria ressaca ou em alguns casos, as palafitas chegam a ser atendidas, de forma precária, pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA) e quando essa situação ocorre, parte significativa dos imóveis são supridos com abastecimento de água, de modo informal, ou seja, o denominado 'gato'. Essas mesmas circunstâncias acontecem com o fornecimento de energia elétrica por parte da empresa distribuidora (Equatorial Energia). O fornecimento advém de modo deficitário, por meio de ligações clandestinas feitas pelos próprios moradores (TOSTES 2016; SILVA, 2019). Assim, a precariedade habitacional e a deficiência de serviços públicos e saneamento básico nas áreas de construção das palafitas, tornam as condições de moradias insalubres.

Os riscos não se limitam apenas ao ambiente mais na qualidade dos serviços que a população tem acesso, é difícil entender como no Norte do Brasil, lugar com tantos rios, os moradores possam sofrer com a falta de água tratada. Mas na região, pouco mais da metade da população (55,37%) tem água encanada. Esse é o pior índice do país. Em relação a rede de esgoto, apenas 10,05% da população tem coleta e tratamento. No Amapá, a cobertura de saneamento básico apresentou leve aumento de 3,8% para 5,9% nos últimos anos (FREIRES; RIBEIRO, 2018).

Morar nas áreas de ressaca em Macapá é um desafio para os moradores e ao mesmo tempo provoca a degradação do ambiente natural (TAKIYAMA, 2012). Esse cenário é de absoluto descontrole e a área atingida por essa ação humana vem aumentando e diversificando o seu uso. A ocupação não se restringe apenas em uma tipologia, mas sim em casa de um ou dois pavimentos e até mesmo quitinete para aluguel, como demonstrado na Figura 15.

Figura 15 - Exemplos de casas presentes nas áreas de ressaca



Fonte: Silva (2019).

Outro agravante para os moradores destas áreas, são as enchentes que ocorrem no município, pois as áreas úmidas naturalmente auxiliam no processo de escoamento, entretanto, com a ocupação irregular, deposição de resíduos e o aterramento, o escoamento durante as chuvas é praticamente inexistente, comprometendo vários pontos da cidade e muitas vezes acarretando a perda do imóvel do morador das áreas de ressacas, ou o engarrafamento no trânsito, representado na Figura 16, onde é possível verificar o transbordamento no canal do Jandiá impossibilitando a passagem dos carros que saem do sentido zona norte para o centro da cidade.

Figura 16 - Transbordamento do canal do Jandiá



Fonte: Arruda, (2021).

Como abordado anteriormente, a política habitacional tem como finalidade promover o acesso a moradias para a população de baixa renda, visando a saúde, qualidade de vida e segurança da população que habita as áreas inadequadas para edificação das moradias. Em consequência, as famílias que residem em espaços considerados impróprios para o

assentamento humanos, seriam contemplados com as habitações providas pelo Estado (união, estado e municípios), livrando-se dos riscos que cotidianamente enfrentam.

De acordo com o levantamento de dados quantitativos a população nessas áreas não diminuiu. Os dados fazem referência aos anos de 2010, quatro anos antes das unidades habitacionais do Conjunto Macapaba serem entregues (IBGE 2010) e 2019, dois anos após serem entregues todas as unidades habitacionais do maior conjunto de interesse social da cidade (IBGE, 2019).

Conforme os dados quantitativos sobre domicílios presentes nas áreas de ressaca, exposto no Anexo A, no ano de 2010 a cidade de Macapá contava com 23 (vinte e três) áreas de ressacas sendo catalogadas 13.496 moradias particulares na tipologia palafítica. Nessas ocupações, os dados mostram que a média dos moradores por casa é de 4 (quatro) a 5 (cinco) pessoas. No Anexo B, os dados demonstram que no ano de 2019, o quantitativo dessas áreas mais que dobrou, passando de vinte e três para um total de 80 (oitenta) áreas de ressaca ao longo da malha urbana de Macapá, aumentando também o número de moradias presentes nessas áreas correspondendo a 24.907 (vinte e quatro mil novecentos e sete) domicílios.

No novo senso de 2019, houve mudança no levantamento dos habitantes, pois em 2010 os dados se referem a média de moradores, já em 2019 os dados apresentam número de habitantes, que corresponderam a um total de 155.072 (cento e quinze mil e setenta e duas) pessoas morando nas áreas úmidas de Macapá.

Dessa forma, a presente seção demonstrou que o inchaço populacional e consequentemente a demanda por moradias, corresponderam aos processos de construção nas áreas de ressaca constituídas pelos trabalhadores de baixa renda que não podem pagar pelo acesso a casas em terra firme. Entretanto os dados quantitativos demonstraram que mesmo havendo entrega das habitações sociais, as moradias em áreas de ressaca não param de crescer, nem tão pouco estagnou este processo. Assim no próximo capítulo é abordado o estudo de caso do Conjunto Habitacional Macapaba, bem como as áreas de ressacas que foram atendidas pelo mesmo, a fim de identificar os efeitos territoriais ocasionados pela implementação da política habitacional de interesse social, constituindo o principal foco desta pesquisa.

4 EFEITOS TERRITORIAIS DO CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA I E II

Neste capítulo é abordado a política de habitação de interesse social para população de duas áreas de ressaca que foram contempladas pelo Conjunto Habitacional Macapaba I e II, a ressaca do Pacoval e a ressaca do Perpétuo Socorro. Ressalta-se que as informações coletadas na SEINF forma de apenas duas áreas de ressaca da qual a secretaria tem o conhecimento verídico de que foram contempladas, o restante não se sabe ao certo pois somente em 2018 as habitações passaram a ser destinadas efetivamente a uma área de intervenção.

Foram utilizadas pesquisas de campo já concluídas e publicadas, bem como imagens de satélite obtidas através do *Google Earth* e informações coletadas na SEINF, além do trabalho de campo no Conjunto Macapaba para obter informações precisas do objeto de estudo, utilizando registros fotográficos e diário de campo para auxiliar o modelo de pesquisa descritiva, conforme discorrido no processo metodológico. Os conceitos apresentados ao longo da pesquisa sobre habitação, tipologia, planos diretores e áreas ressacas voltam a ser aplicadas nessa seção para analisar o conjunto. Todos os dados foram coletados respeitando as normas de enfrentamento da covid-19.

4.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO AMAPÁ - ESTUDO DE CASO CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA - MACAPÁ

A pesquisa realizada na área urbana do município de Macapá, capital do Amapá estado localizada no extremo norte do Brasil. O município de Macapá possui uma área territorial de 6.563,849 km², e população estimada para 2020, de 512.902 habitantes, dessa população estima-se a existência de 36.835 moradias localizadas em aglomerados subnormais (IBGE, 2020). Neste contexto, a Fundação João Pinheiro (2019) aponta a região Norte com o maior índice de habitações precárias, correspondendo a 43%, em comparação às demais regiões do Brasil, esse estudo leva em consideração habitações precárias, coabitação (quando mais de uma família divide a casa) e ônus excessivo que é o valor excessivo gasto com aluguel.

Dos dados levantados para obter os resultados para o déficit habitacional, destaca-se os domicílios particulares permanentes e improvisados no ano de 2019, no comparativo regional indica que o Estado do Amapá, em conjunto com Roraima e Maranhão, estão com mais de 15% dos seus habitantes, presentes em domicílios permanentes e improvisados. Os dados demonstram a importância e a necessidade das habitações de interesse social nos Estados, principalmente no estado do Amapá, ao qual se refere a presente pesquisa (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019).

Atualmente, a cidade de Macapá conta com oito (8) conjuntos habitacionais de interesse social executados e entregues aos moradores, pois vale ressaltar que até o presente momento mais três (3) conjuntos estão em construção e ainda não foram finalizados. Esses conjuntos estão divididos entre as competências do Estado e do município planejadas entre casas térreas e edifícios de quatro (4) pavimentos, localizados na zona urbana de Macapá.

Segundo Cordeiro e Matsunaga (2019) de competência do município, tem-se: o conjunto Mucajá, inaugurado em 2011, construída na tipologia vertical com quatro pavimentos, que abrange 592 unidades habitacionais; o conjunto Mestre Oscar, inaugurado em 2013, sua tipologia é horizontal, contando com 528 casas; o conjunto São José, inaugurado em 2016, em edificação vertical, com 1.440 unidades de apartamento; conjunto Jardim Açucena, inaugurado em 2018, também de tipologia vertical, concluído e entregue com 1.500 apartamentos.

De competência estadual, expõem: o conjunto Miracema, inaugurado em 2018, de tipologia vertical, ainda em obras, mas com estimativa de 500 unidades habitacionais; o conjunto Vila dos Oliveiras, ainda em obra, com estimativa de 512 unidades habitacionais; conjunto habitacional Aturiá com início das obras em 2013, de tipologia vertical, previsto para ser entregue com 512 unidades habitacionais; e o conjunto Macapaba que conta com duas fases de entrega, a I em 2014, e a II em 2017, divididas em casas térreas e unidades de apartamentos totalizando mais de quatro mil unidades habitacionais, conforme sintetizado no Quadro 4:

Quadro 4 - Conjuntos Habitacionais de Interesse Social em Macapá/AP

Conjunto habitacional	Inauguração	Recurso para a construção	Tipologia	Competência	Unidades de habitação
Mucajá	2011	AC	Vertical	Estado	592
Oscar Santos	2013	PMCMV	Horizontal	Estado	528
Aturiá	2013	PAC	Vertical	Município	512
Vila dos Oliveiras	2013	PAC/PMCMV	Vertical	Município	512
Macapaba I	2014	PMCMV	Vertical/Horizontal	Município	2.148
São José	2016	PMCMV	Vertical	Estado	1.440
Macapa II	2017	PMCMV	Vertical/Horizontal	Município	2.218
Jardim Açucena	2018	PMCMV	Vertical	Estado	1.500
Miracema	2018	PMCMV	Vertical	Município	500
Total					9.950

Fonte: Adaptado de Cordeiro e Matsunaga (2020).

Conforme descrito no quadro 04, com os recursos do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) e PMCMV foi possível a edificação das oito (8) conjuntos habitacionais de interesse social presentes na zona urbana de Macapá, correspondendo a um total de 9.950 unidades habitacionais, entre casas térreas e apartamentos, em um período de sete (7) anos, entre 2011 e 2018. Estas habitações foram destinadas para a população que habita os aglomerados subnormais, em especial, os moradores da APP que recortam a área urbana de Macapá. Ou seja, para os habitantes das áreas de ressaca, área essa que será exposta e exemplificada no capítulo três.

O PMCMV, comentado no capítulo dois desta pesquisa, parte de parâmetros adotados pela Lei nº 11.997/2009 que prioriza o processo de seleção das famílias beneficiadas, trazendo critérios nacionais como: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; b) Família com mulheres responsáveis pela unidade familiar; c) Famílias de que se façam parte pessoas com deficiência. Além desses critérios, a lei prevê que o Distrito Federal, Estados, municípios e entidades organizadoras, possam estabelecer até três critérios adicionais de seleção sendo estes de territorialidade ou vulnerabilidade social. No Estado do Amapá, adotasse o critério de vulnerabilidade social.

O conjunto habitacional Macapaba I e II é distribuído entre casas térreas e apartamentos, detalhado na ficha técnica representada na Figura 17 demonstrando a grandiosidade do projeto arquitetônico e urbanístico que buscou atender satisfatoriamente um elevado número de moradores, o que consequentemente levou a altos investimentos na construção de equipamentos urbanos e oferta dos serviços de infraestrutura. Santos, (2017) a concepção do conjunto é funcionar como uma cidade oferecendo diversos serviços públicos dentro do conjunto como transporte, educação e segurança, proporcionando autonomia quanto aos serviços e equipamentos urbanos garantindo a infraestrutura básica com o intuito de oferecer o direito à cidade e um lugar de moradia com qualidade de vida.

Figura 17 - Ficha técnica do Conjunto Residencial Macapaba

IDENTIFICAÇÃO	PLANTA BAIXA
NOMECLATURA: Conjunto Habitacional Macapaba I e II	<p>UNIDADES HABITACIONAIS</p> <p>A EXECUTAR</p> <p>EXECUTADO</p>
ENDEREÇO E COORDENADAS: Rodovia Professor Glauco Coelho, Macapá - Amapá. Latitude: 0.083582° Longitude: -51.095155°	
ANO DE INAUGURAÇÃO: Primeira etapa 2014. Segunda Etapa 2017	
ÁREA CONTEMPLADA: Aproximadamente 600.204 m ²	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL
IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA NÚMERO TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS: 4.366 (quatro mil, trezentos e sessenta e seis) NÚMERO DE PRÉDIOS: 252 (duzentos e cinquenta e dois) NÚMERO DE CASAS TÉRREAS: 334 (trezentos e trinta e quatro) APARTAMENTO POR ANDAR: 4 (quatro) ÁREA DO APARTAMENTO: 43m ² (quarenta e três metros quadrados) ÁREA DA CASA: 41m ² (quarenta e um metros quadrados)	<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> Conjunto Macapaba Macapaba I Macapaba II

Fonte: Autora (2021).

Em vista disso, a aplicação do estudo, se faz no conjunto habitacional Macapaba por se tratar do maior já construído no município, que segundo a Secretária do Estado e Infraestrutura de Macapá-SEINF foi Concluído na Rodovia Federal BR 210, na Zona norte de Macapá, teve o aporte de investimentos total de R\$ 271.594.588,00, contando com duas fases de entrega, a primeira no ano de 2014 e a segunda em 2017, com recursos do Governo Federal por meio do programa PMCMV e recursos do Estado do Amapá, por meio do Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (PROAMAPÁ).

O conjunto habitacional de responsabilidade do Estado, conta com 4.336 moradias, divididas em 334 casas e 252 prédios de quatro andares, distribuídas à população de duas formas: Fechada, quando a unidade de habitação é entregue direto para uma determinada população ou diretamente para uma área de intervenção. E por forma aberta, a partir do cadastro das famílias, no site do governo estadual, efetuado pelo próprio morador (a), comprovando a renda de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos, e não detentora de nem um imóvel no seu nome, seja da pessoa cadastrada, seja alguém de sua família, ou ainda beneficiários de outros programas do Governo Federal, advinda das áreas de ressacas. Assim, as famílias passam a ser detentoras das casas ou apartamentos ofertados no conjunto Macapaba I e II.

Segundo os estudos realizados os moradores apontam como pontos positivos de morar no conjunto habitacional a qualidade construtiva em relação a suas casas anteriores, que em sua maioria eram de madeira ou materiais de baixa qualidade e a segurança, principalmente os que

vieram de bairros violentos. Dentre os pontos negativos, está o aumento nas despesas, considerando os gastos com transporte público e despesas como pagamento da prestação dos imóveis, mesmo no custo mínimo de R\$25,00 (vinte e cinco reais), dificultando a permanência de algumas famílias no conjunto (SANTOS, 2017).

Dentre a população residente no Conjunto Macapaba, cerca de 3% dos moradores vieram de outros Estados do Brasil, 5% de área de invasão, 7% de loteamentos, 30% de outros bairros, já 55% advindas das áreas de ressaca (Santos, 2017, p.131). Tendo em vista o crescimento da cidade e conseqüentemente a expansão da malha urbana forçando cada vez mais os moradores que não podem pagar pelo acesso a moradia em terra firme adentrarem as áreas de ressacas da cidade.

Esse processo, após a política de habitação, passou a remanejar os moradores das ressacas para os conjuntos habitacionais, que em alguns casos torna-se efetiva essa mudança em outros não, fazendo com que o morador volte ao seu local de origem. Assim, para que haja entendimento do processo de mudança dos moradores da autoconstrução para o conjunto Macapaba, se faz necessário o estudo da tipologia habitacional ofertada para a população, pois o ambiente construído é uma coisa, a maneira como as pessoas nele habitam, outra.

Figura 18 - Serviços essenciais no Conjunto Habitacional Macapaba



Unidade do corpo de Bombeiros
Fonte: Autora (2022).



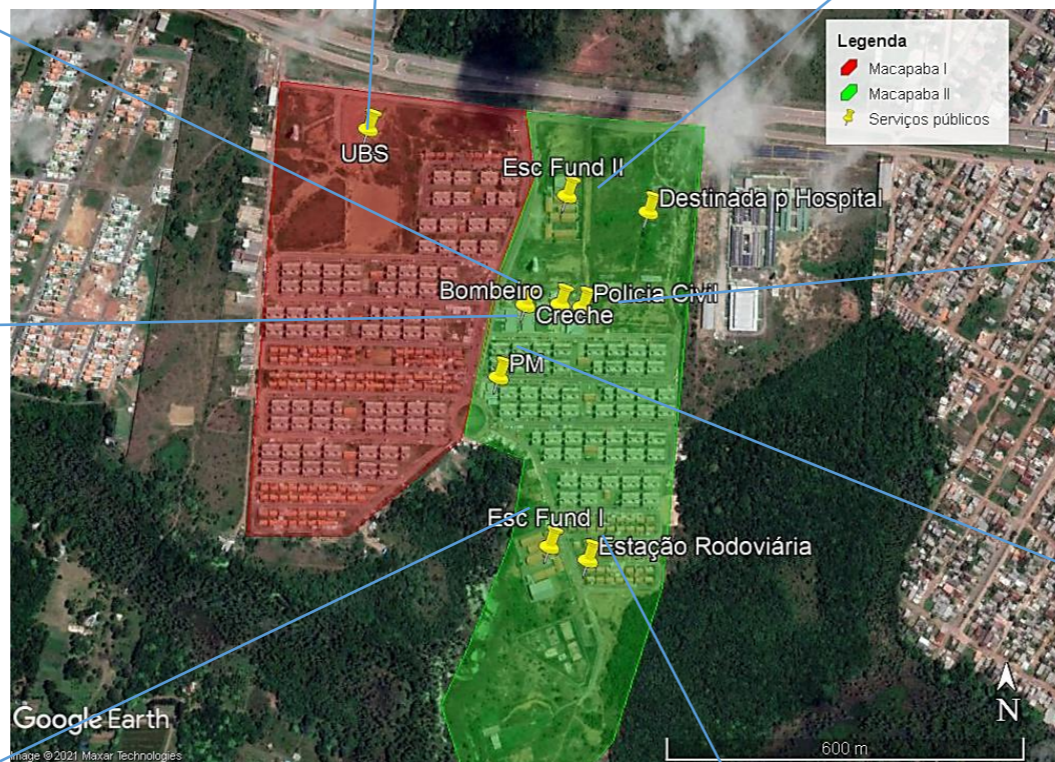
Unidade Básica de Saúde
Fonte: Autora (2022).



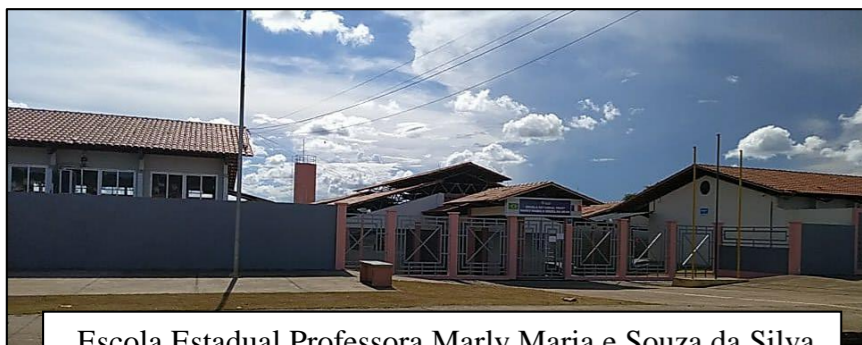
Escola Estadual Professor Munhoz
Fonte: Autora (2022)



Creche Eliana Azevedo
Fonte: Autora (2022).



CIOSP, unidade de responsabilidade da polícia civil
Fonte: Autora (2022).



Escola Estadual Professora Marly Maria e Souza da Silva
Fonte: Autora (2022).



Estação rodoviária
Fonte: Autora (2022).



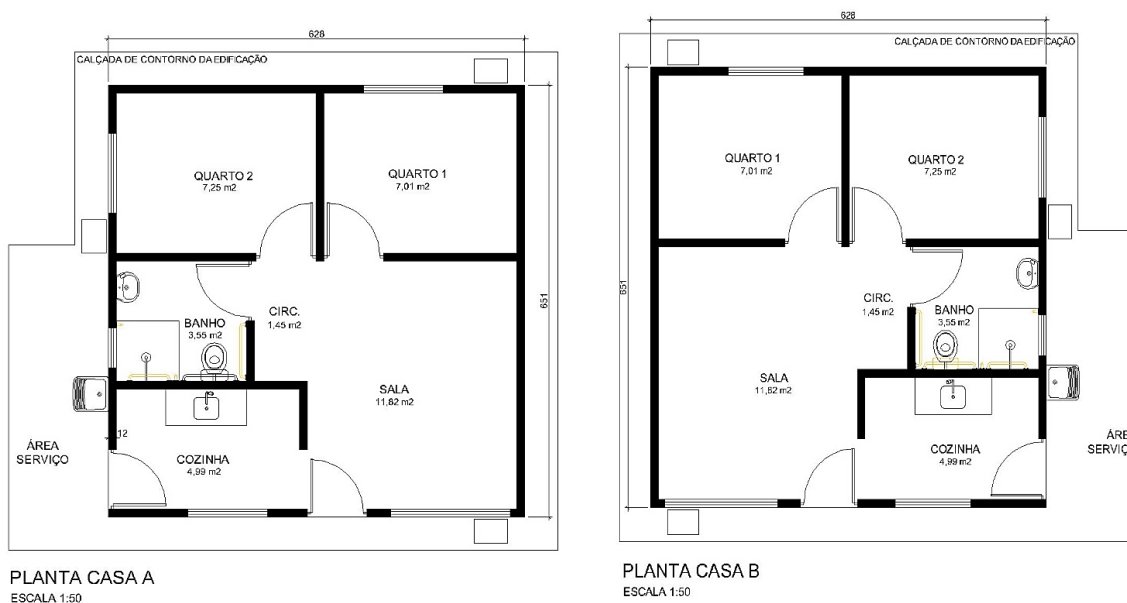
Unidade de Polícia Comunitária-UPC
Fonte: Autora (2022).

A figura 18 demonstra que além das unidades habitacionais ofertados o conjunto oferta serviços essenciais de infraestrutura, saúde e educação, construídos para atender a população residente, como; 1 (uma) unidade básica de saúde, 2 (duas) escolas públicas, 1 (uma) creche, 1 (uma) unidade do corpo de bombeiro, 1 (uma) unidade do Centro Integrado de Operações e Segurança (CIOSP) da polícia civil, 1 (uma) unidade da polícia militar, bem como 1 (uma) estação rodoviária e os abrigos para passageiros dentro do conjunto, que contam com veículos trafegando entre linhas que interligam a zona norte a zona sul da cidade.

4.2 TIPOLOGIA HABITACIONAL DO CONJUNTO MACAPABA

A planta baixa das casas ofertadas do Conjunto Macapaba I e II na Figura 19, demonstra que a casa oferece apenas dois quartos, ficando evidente a construção realizada para uma família tipo (casal com um ou dois filhos) não atendendo às particularidades das famílias com mais de dois filhos. Isso mostra que o projeto é imposto e que as famílias não participam no planejamento das casas e dos apartamentos em que vão morar, justificando muitas alterações que os próprios moradores realizam após receberem as chaves da habitação.

Figura 19 - Planta baixa tipo, das casas ofertadas no Conjunto Macapaba



Fonte: SEINF (2021).

A Figura 20, demonstra que as áreas de serviço (localizada na lateral da cozinha) não são cobertas, fazendo com que o morador improvise ao estender a roupa, outra característica

marcante é a falta de beiral dos telhados das casas, acentuando o sol na edificação. Observou-se que as casas não foram planejadas para atender a população que possui seu próprio meio de transporte, inexistindo garagens tão pouco cobertura para elas.

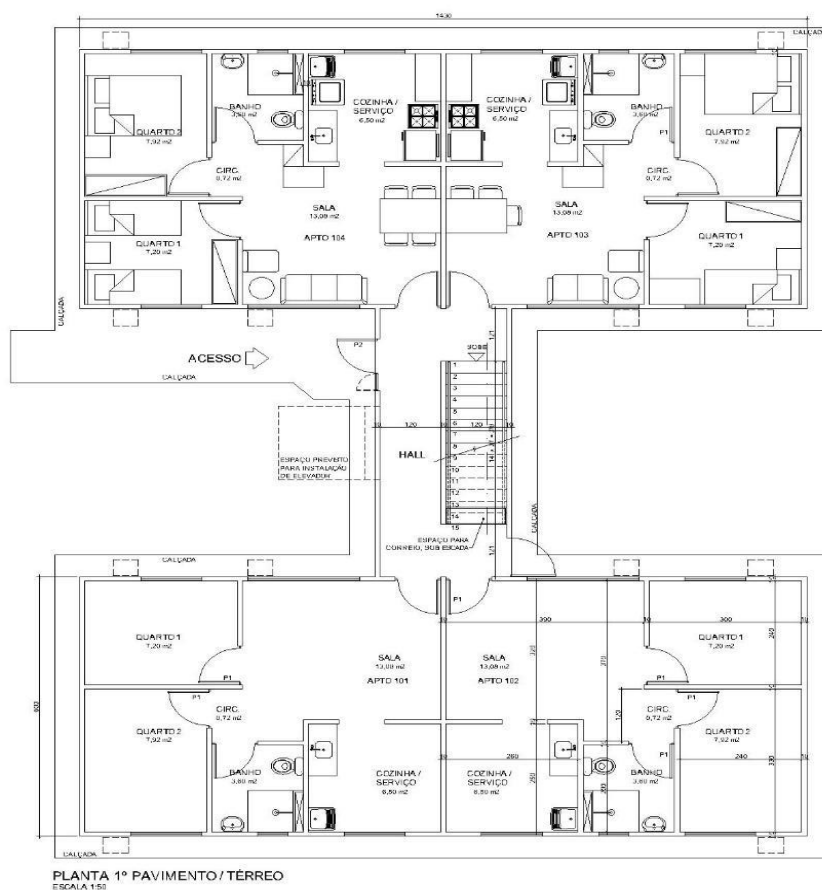
Figura 20- Fachada das casas no Conjunto Macapaba I e II



Fonte: Autora (2022).

Finalizando a análise do projeto das casas, adentrando nos projetos dos apartamentos exposto na figura 23, identifica-se que os moradores tanto das casas como dos apartamentos, são contemplados apenas com dois quartos, a julgar o casal com mais de dois filhos, casal que mora com sogro ou sogra, ou até mesmo, uma família composta por avó, mãe e filha é possível pressupor que haverá compartilhamento de pelo menos um dos ambientes, o que não difere as habitações atualmente ofertadas pelo PMCMV, das habitações construídas nas vilas operárias nem tão pouco das habitações presentes nos cortiços, discorrida na seção dois desta pesquisa, demonstrando que não houve evolução na concepção básica do projeto para população de baixa renda que é atender as necessidades dos moradores.

Figura 21- Planta baixa tipo, dos apartamentos ofertadas no Conjunto Macapaba



Fonte: SEINF (2021).

As habitações, verticais (figura 21) e horizontais, seguem as especificações técnicas e custos pré-definidos pela Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo Martinez et al (2013, p.4) a CEF, também exige que 3% das unidades habitacionais sejam destinadas a idosos, e outros 3% das unidades habitacionais - na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual – sejam destinadas a pessoas com deficiência, ou cuja família façam parte pessoas com deficiência. As unidades habitacionais reservadas, que não forem destinadas por falta de demanda, devem ser destinadas aos demais candidatos.

Nesse cenário, conclui-se que a tipologia adotada no conjunto habitacional Macapaba, é a não responsiva, ou seja, não responde às necessidades do morador, em dois pontos; primeiro no ponto de vista das famílias, pensando nos habitantes que necessitam de mais do que dois quartos; ou de garagem, pois não se pode pressupor que a família de baixa renda não tem poder de aquisição de um veículo, prova disso a figura 22 demonstra as fachadas com garagem construídas pelos próprios moradores.

Figura 22- Fachada dos edifícios no Conjunto Macapaba I e II



Fonte: Autora (2022).

No segundo ponto aborda-se os autônomos, que acabam por montar seus negócios na própria edificação, modificando a habitação para atender às suas necessidades conforme a figura 23 que demonstra a venda de açaí construído em madeira como anexo da própria edificação do conjunto. Além da placa logo em cima ao empreendimento, sinalizando a presença do salão de beleza *estúdio belíssima*. Nesses casos em que o empreendimento é feito pela sinalização de placas, os serviços são ofertados no próprio apartamento, assim os clientes adentram o prédio (construído exclusivamente com a finalidade de habitação), para ter acesso ao serviço.

Figura 23- Fachada do edifício no Conjunto Macapaba I e II



Fonte: Autora (2021).

Além desses fatores identificados em campo, destaca-se que a partir das revisões documentais o PMCMV não possui estudo climático das regiões a serem implantadas, adotando uma tipologia padrão, para todos os beneficiários de todas as regiões do país, dificultando a adaptação dos moradores que provenientes das áreas de ressacas, onde há a autoconstrução que atende às suas necessidades, os moradores que ficam acabam por fazer as adaptações que necessitam para tornar o espaço habitável e funcional para suas atividades econômicas informais. Já os moradores que por alguma razão decidem abandonar a habitação, acabam voltando para as áreas de ressaca, ou por outras vezes acabam alugando o apartamento no conjunto e transformando em fonte de renda através do aluguel.

Com o objetivo de compreender os efeitos territoriais ocasionados pela política habitacional de interesse social após o remanejamento das pessoas para o conjunto habitacional Macapaba I e II, se fez necessário a avaliação das áreas de ressacas que foram contempladas com unidades habitacionais no conjunto. Para isso foi consultado a SEINF, a fim de levantar as informações das áreas contempladas, na visita foi informado que a secretaria não dispõe de todas essas informações pois o governo trabalha com duas formas de prover a habitação; demanda aberta, quando há o cadastro das famílias no site do governo e demanda dirigida, quando há uma área específica de intervenção. Assim a secretaria detém somente o conhecimento das áreas atendidas pela demanda dirigida, constituídas pela ressaca do Perpétuo Socorro e a ressaca do Pacoval, demonstradas a seguir.

4.3 RESSACA DO PERPÉTUO SOCORRO

A ressaca do Perpétuo Socorro, está presente no bairro do perpétuo socorro, antigo Igarapé das mulheres, que corresponde às primeiras áreas de Macapá, já prevista no primeiro planejamento da cidade em 1973 realizado pela Fundação João Pinheiro, abordado no capítulo anterior. Conforme Scheibe (2016) esse local recebeu esse nome pois no início da urbanização da cidade, esse local era conhecido pelas mulheres que ali lavavam suas roupas no rio, observando os seus maridos irem e virem com os barcos no pequeno porto da cidade.

É válido ressaltar que a cidade conta com o Porto no Bairro Santa Inês, onde acontece o transporte de passageiros para o interior do Estado. Já o canal do Jandiá é um pequeno canal utilizado pelas embarcações como entrada e saída da cidade, carregados de madeira para a comercialização. A nível Estadual o Amapá conta com o Porto de Santana, considerado o maior de todos, destinada à exportação de soja, madeira e alimentos, como

diversas importações necessárias para o Estado, chegando por meio de balsas como por exemplo o gás, gasolina, dentre outros.

O Porto do Perpétuo Socorro, mantém a sua importância com as atividades do pescado, no local havia a feira Ana Nery que posteriormente foi desativada e implantada a feira do pescado, lugar construído pelo governo para pequenos produtores e pescadores possam vender o seu produto, com maior infraestrutura.

No ano de 2013, a ressaca do Perpétuo Socorro sofreu um incêndio de grandes proporções, Santiago (2013) discorre que após um dos suspeitos deixar cair fiscais de cigarro de maconha no colchão em uma das casas que foram destruídas, o fogo se alastrou atingindo 250 casas, deixando mais de duas mil pessoas desalojadas e desabrigadas. As vítimas, foram imediatamente levadas para as escolas e quadras esportivas onde foram improvisados abrigos e centros para receber doações. Algumas famílias se realocaram em casas de parentes, outras receberam aluguéis sociais e outras em abrigos, pois não tinham a quem recorrer (anexo c).

Após várias conversas com o poder público e algumas manifestações, devido atrasos na entrega de habitações sociais e o pagamento de aluguel social, fazendo com que muitas famílias recebessem até ordem de despejo, as famílias foram prioridades para a aquisição de partes das unidades habitacionais do conjunto Macapaba I, inaugurado em 2014. Pois como se sabe, o programa atendia o estado de calamidade da população que naquele momento não tinha para onde ir.

Para analisar a ressaca do Perpétuo Socorro, se fez necessário o marco temporal iniciando em 2010, objetivando o reconhecimento da área antes do incêndio onde é possível verificar a complexidade na distribuição das casas, bem como o quantitativo exorbitante de moradias naquele local, em 2013, o ano do incêndio e 2021 para verificar a atual situação do local. Conforme organizado na figura 24.

Figura 24 - Ressaca do Perpétuo Socorro antes e pós ao incêndio



Fonte: Autora (2022).

Analisando a imagem fica evidente que o processo de desocupação da área de ressaca do Perpétuo Socorro foi efetivo, a inexistência das moradias permitiu o curso natural da ressaca que recebe influência direta do rio Amazonas, favorecendo a recuperação e o crescimento da vegetação própria e característica dessas áreas.

Do ponto de vista construtivo, vale ressaltar que o incêndio resultou em uma área extremamente degradada para a população retornar naquele momento ou em um futuro próximo (anexo d), haja vista ser uma área de ponte, de difícil estrutura, nas condições pós incêndio, havia ali diversos objetos queimados como a madeira das casas, camas, eletrodomésticos e outros, acarretando em uma área mais difícil ainda para edificação.

Logo, o Conjunto Macapaba I que estava sendo construído para demanda aberta, ou seja, para população com cadastro, comprovação de baixa renda e todos os processos de análise de documentação, foi interrompido para que parte das habitações fossem imediatamente destinadas para demanda dirigida, quando há uma área específica para ser atendida, no caso a ressaca do Perpétuo Socorro. Isso esclarece que o conjunto não foi pensado e planejamento no remanejamento dessa população, mas sim a única alternativa que as famílias tiveram.

4.4 RESSACA DO PACOVAL

Pacoval é uma palavra de origem indígena relacionada à vegetação local, bastante característica das ressacas (CARVALHO, 2020, p.129). Os habitantes dessa ressaca vieram para o Antigo Território Federal do Amapá motivados pela implementação das atividades de mineração da empresa ICOMI, que recebeu a concessão para explorar as jazidas de manganês no Amapá por 50 (cinquenta) anos (PORTILHO, 2010).

No estudo de campo realizado no ano de 2015, publicado por Carvalho (2020), houve a aplicação de questionários gerando resultados em porcentagem que permitiu o diagnóstico da área e dos moradores. O questionário abordou pontos como; Características da moradia; tipo de posse da moradia; condições da moradia; característica da população; mobilidade e acessibilidade; tempo de deslocamento e participação comunitária.

Dos resultados obtidos, pelo trabalho de campo realizado por Carvalho (2020) constatam que 88% da população habita em casas construídas com madeira em áreas alagadas, o restante dos dados alterna entre alvenaria e madeira em lugares secos e alagados. A posse da moradia, ou seja, o seu uso é predominante residencial (94%) dos moradores,

alegando a população entrevistada que as condições da moradia são agradáveis no que diz respeito a temperatura, altura e aparência das palafitas.

Ainda sobre o questionário realizado por Carvalho (2020), no quesito característica da população foi diagnosticado (18%) famílias com seis pessoas na mesma residência, seguidas de três (14%) e quatro (14%) integrantes na mesma residência. A mobilidade da população, para o acesso aos serviços públicos ou trabalho foi em maior quantitativo (30%) pelo uso do transporte público seguida por (26%) caminhando, alegando o tempo de deslocamento de cinco a quinze minutos. Na participação comunitária (94%) da população não receberam ajuda de candidatos políticos, igrejas, prefeituras ou governos, e não há membros que participam de programa social do governo brasileiro (60%).

Em síntese os moradores da Ressaca do Pacoval são trabalhadores informais com baixa renda e baixo nível de escolaridade. E que sem o auxílio comunitário construíram e mantiveram de pé as suas próprias moradias e o exercício do seu direito de morar. Em vista disso a ressaca do Pacoval foi analisada conforme o marco teórico em 2015 com o reconhecimento da área e da população já existentes, 2018 ano em que foi autorizado e realizado a demolição das casas ali existentes e 2021, a fim de verificar a situação atual do local.

Figura 25 - Ressaca do Pacoval ao longo dos anos



Fonte: Autora (2022).

Analisando a figura 25 é demonstrado um crescimento considerável das casas de 2015 para 2018. Em 2012, a desocupação dessa área de intervenção foi efetiva, a população foi remanejada para o conjunto Macapaba II. O que também permitiu a recuperação da área de ressaca a partir da vegetação característica dessas áreas e o curso natural do rio, sem a poluição das palafitas.

O remanejamento da população consistiu em duas etapas do projeto de reintegração de posse da área que pertence à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

(Infraero), a determinação feita por meio de tutela de urgência assinada pelo juiz João Bosco Soares é oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduto (TAC) firmado entre os Executivos Estadual, Municipal, União e Justiça Federal. (FIGUEIREDO, 2018). Na primeira etapa houve a notificação e o cadastro das famílias, a ação contou com a Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização e Social (SIMS) que ficou responsável pelo cadastro social e notificam das famílias, os bombeiros militares da Defesa Civil, por sua vez, trataram do planejamento geral da intervenção para a etapa seguinte do processo, a demolição, ocorrida em outro momento.

O Conjunto Macapaba II recebeu as famílias que estavam cadastradas pela SIMS, entre os documentos para a formação dos cadastros estão: Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Certidão de Nascimento e Certidão de Casamento, além do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), atualizados. No caso de união estável, o titular utilizará o modelo de declaração disponibilizado pela Caixa. Se a análise apontar que a família corresponde aos critérios do Minha Casa, Minha Vida, ela será incluída no programa (ALVES, 2018). Logo o programa atende a população que não tem moradia, com ressalvo na prática que consiste na população sem moradia e com toda a documentação atualizada.

4.5 CONJUNTO HABITACIONAL MACAPABA I E II PÓS OCUPAÇÃO

O conjunto habitacional Macapaba, segundo informações disponíveis na SEINF, órgão responsável pela construção do empreendimento, teve o valor investido de R\$ 271.594.588,00. Sendo R\$239.462.000,00 por parte do Governo Federal através do PMCMV e R\$ 32.132.588,00 do governo do estado, além do valor de R\$ 6.600.000,00 correspondendo a desapropriação do terreno. Na figura 26 é possível compreender a grandiosidade do projeto além da divisão entre casas no primeiro plano e os apartamentos em segundo plano. O que chamou atenção no levantamento das informações sobre o conjunto foi o atraso dos serviços que atendem a população, a primeira escola do conjunto foi entregue quatro anos após a entrega das primeiras habitações, a unidade básica de saúde foi entregue em dezembro de 2021, ou seja, o planejamento por mais grandioso que possa ser, mostra a ineficiência das entregas de tudo que o morador necessita, justificando as reivindicações e o abandono dos primeiros moradores.

Figura 26 - Conjunto Macapaba em 2013

Fonte: SEINF (2013).

Após ocupação das habitações os proprietários ganham o título de posse do imóvel e o uso da edificação passa a ser de sua responsabilidade, assim algumas alterações ficam evidentes, uma delas pode ser observada na figura 27, alguns moradores optaram por arborizar a frente dos apartamentos, ampliando a área verde do local como demonstrado a esquerda da imagem, já outros moradores como os edifícios a direita da imagem optam por não arborizar, essa pequena alteração diferencia as sensações térmica de cada apartamento, uma vez que a vegetação atua como bloqueio natural do ar quente bem como influencia diretamente na estética do edifício.

Figura 27 - Fachada dos edifícios

Fonte: Autora (2022).

Outro fator curioso é a mudança no acesso dos apartamentos, demonstrada na figura 28, alguns blocos foram fechados pelos próprios moradores com grades ou por concreto para a segurança dos mesmos, assim somente os moradores dos apartamentos possuem as chaves para acessar os edifícios. Essas alterações foram identificadas apenas no Macapaba I, não se

sabe por qual razão o Macapaba II não apresenta essa configuração, mas especulasse que a segurança é um fator fundamental no conjunto mesmo havendo policiamento na região.

Figura 28 - Portão para acesso aos apartamentos



Fonte: Autora (2022).

Ainda sobre as alterações nas edificações, a figura 29 demonstra no primeiro edifício uma casa de cachorro construída como anexo a edificação, no segundo edifício a placa em preto sinalizando a barbearia ali existente, indicando outro ponto em que habitação é modificada para atender o trabalho informal. Outro fator importante é a estrutura do prédio já comprometida com a umidade mostrando o desgaste do edifício em sete anos de construção (entrega dos apartamentos em 2014, foto registrada em 2021).

Figura 29 - Construções em anexo ao edifício



Fonte: Autora (2022).

Na rua principal do conjunto foram construídas pequenas estruturas em madeira ou alvenaria pelos próprios moradores para exercer os seus serviços como demonstrado na figura 30 na edificação preta os serviços de barbearia, em azul um local para venda de peixe, seguida pelas outras edificações com serviços de comércio, venda de água, bar, venda de hambúrguer e um pequeno açougue. No projeto inicial do conjunto é previsto a implantação de uma feira destinada aos moradores que possuem o trabalho autônomo, entretanto esse espaço até hoje não foi edificado e não tem previsão da sua implantação.

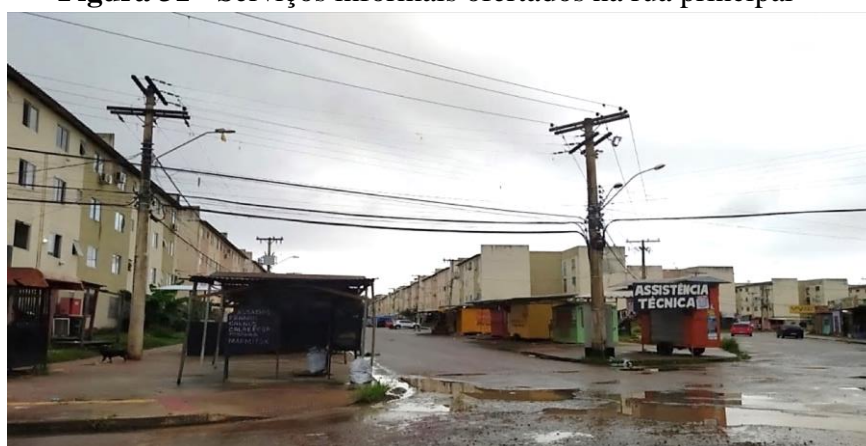
Figura 30 - Serviços ofertados na rua principal



Fonte: Autora (2022).

Ainda na rua principal do conjunto, demonstrado na figura 31, outros serviços informais são oferecidos, como assistência técnica em telefonia seguidas por vendas de comidas nas estruturas em verde, amarelo e vermelho, já em preto a venda de frango assado é o principal serviço. As vendas e os postos de serviços informais ao longo das principais vias do conjunto demonstram que a população carece de espaços para exercer o trabalho autônomo, do qual boa parte da população necessita como fonte de renda para sobreviver.

Figura 31 - Serviços informais ofertados na rua principal



Fonte: Autora (2022).

Além das vendas e serviços encontrados na rua principal, outro ponto importante são os serviços de borracharia, o que chama atenção na figura 32 é que ao contrário do que se vê nas ruas principais, os serviços são feitos na própria casa, ou seja, a própria estrutura do pátio foi ampliada com madeira e cobertura de telha de fibrocimento, para atender o trabalho, que nesse caso atende os serviços de carro, moto e bicicleta.

Figura 32 - Serviço de borracharia na própria casa



Fonte: Autora (2022).

Em relação às casas, algumas alterações foram identificadas como a construção de cercas em madeira além da plantação de árvores e cultivo de jardim ou mesmo plantas frutíferas (figura 33). Demonstrando a relação do morador não só com a necessidade de uma unidade habitacional, mas caracterizando a habitação de acordo com a sua relação com a natureza, transformando em moradia, entendido nesta pesquisa como o uso efetivo do local.

Figura 33 - Casa com cerca no conjunto Macapaba



Fonte: Autora (2022).

Ainda sobre as casas, é possível observar mudanças mais sofisticadas com finalidade de ampliar os espaços, (figura 34) a casa verde pode ser observada a construção de pátios

em alvenaria cobertos e com cobogó que são elementos vazados construídos de cimento ou madeira, dando continuidade em muros ou paredes, permitindo a passagem da ventilação e iluminação para dentro do ambiente. Além da garagem na frente, edificada com a extensão das telhas de barro. Em cima de todas as casas podem ser identificados a implantação de boiler, estrutura em cilindro que permite o armazenamento de água tendo como função principal aquecer a água, ou seja, corresponde a um reservatório térmico de água.

Figura 34 - Casa na rua principal



Fonte: Autora (2022).

Com base nos dados levantados na SEINF, nas análises do projeto e dos levantamentos fotográficos nas visitas em campo, observou-se que apesar das grandes ofertas no número de habitações e os principais serviços de educação, saúde e transporte serem ofertados, um ponto negativo que se destaca é a demora na entrega dos serviços, exemplo disso é a Unidade Básica de Saúde que foi entregue somente em dezembro de 2021, ou seja, até novembro de 2021 os moradores que necessitavam de qualquer atendimento médico tinham que sair do conjunto. Já a primeira escola foi inaugurada quatro anos após a entrega dos apartamentos. A área prevista no projeto para implantação de serviços autônomos até o presente momento não foi inaugurada, resultando em diversas áreas de serviços autônomos ao longo das vias do conjunto e das próprias casas e apartamentos.

5 CONSIDERAÇÕES

Conforme destacado anteriormente o conjunto habitacional Macapaba, de responsabilidade e supervisão da SEINF, foi selecionado para o estudo de caso por se tratar do maior conjunto já construído no município de Macapá. O projeto vai além das ofertas de unidades habitacionais, pois a infraestrutura ofertada para os habitantes resultou na construção de uma cidade dentro da cidade.

O conjunto, fruto do PMCMV, cumpre o requisito básico de proporcionar habitação para população, quando os processos de posse das habitações são realizados por demanda dirigida, ou seja, quando há uma área específica a ser desocupada. Quando o processo é feito por demanda aberta, através do cadastro das famílias pelo site, se torna mais difícil identificar de onde o morador veio, além de acompanhar se o morador realmente ainda usufrui do apartamento, o que requer visitas frequentes ou anual no conjunto.

Alguns fatores foram observados sobre a população que recebe a unidade habitacional e acabam desistindo de morar no local, dentre esses fatores a distância do conjunto do centro da cidade, pois boa parte da população que trabalha no mercado informal no centro da cidade de Macapá. Outro fator decisivo nas habitações, corresponde a falta de estudos climáticos por parte do programa PMCMV para a edificação das casas de acordo com as variantes climáticas de cada região, pois se sabe que as especificidades das casas no sul e sudeste não são as mesmas do norte e nordeste, levando em consideração por exemplo a luz e sombra, bem como a ventilação que são princípios fundamentais para o conforto térmico da moradia.

Após os objetivos iniciais serem alcançados na construção desta pesquisa dois pontos chamam atenção após a análise: primeiro, as áreas contempladas pelo conjunto Macapaba foram desocupadas efetivamente, mas os dados do IBGE mostram que a população em aglomerados subnormais só cresceu nos últimos sete anos. Segundo, a especulação inicial nessa pesquisa de que os moradores voltavam para as áreas de ressaca, não se confirmou, haja vista que as áreas atendidas foram áreas que se mostraram sem nem uma chance de reerguer o que haviam construído, seja pelo fogo no Perpétuo Socorro, seja pela demolição total das casas ocorrido no Pacoval através de máquinas como retroescavadeiras que demoliram e retiraram as estruturas em madeira do local.

Dessa forma, especulasse que os moradores que desistiram das habitações no Macapaba, informados pela SEINF, podem ter ido para outras áreas de ressacas, começando

do zero ou com auxílio de parentes que já moram nas áreas. Assim, esperasse que a presente pesquisa seja um ponto de partida para aprofundar os estudos desse processo de remanejamento que os conjuntos habitacionais proporcionam, através das políticas habitacionais, pois o estudo do remanejamento ou da efetividade do programa possui muitas variantes, como por exemplo a aplicação por parte do Estado (como no conjunto Macapaba) ou a aplicação por parte da prefeitura.

No primeiro caso, a edificação dos apartamentos por parte do Estado, solicita que haja uma visita na área de intervenção, cadastrando as famílias e posteriormente a ação por parte da administração e da polícia para limpar a área. Já na intervenção da prefeitura, é apenas sinalizado que aquele morador foi contemplado com uma unidade habitacional e o local fica fechado, deixando livre a moradia no local de intervenção para que outras pessoas possam usar, ou até mesmo para que o antigo morador volte a edificação e use o apartamento que ganhou para aluguel. Esse processo faz com que a efetivação da política habitacional seja ineficiente.

O segundo ponto a ser destacado, é que após entrega dos apartamentos no conjunto, havia revisão pelo Banco da Caixa para verificar quem estava inadimplente, também havia visita de assistentes sociais por parte da SEINF para verificar se realmente era o beneficiário que estava utilizando o apartamento, hoje não há visitação, apenas quando tem denúncia, as visitas ocorrem direcionadas aquele apartamento. Existem pessoas que não atendem mais ao critério, porém continuam utilizando o apartamento.

O principal motivo de aluguel dos imóveis se dá pelo alto número de invasão e conseqüentemente perda do título de propriedade do imóvel. O aluguel é anunciado abertamente em grupos de compra e venda, ou de forma fechada, entre os próprios moradores que indicam pessoas de confiança, ou seja, pessoas que não vão com intenções de denunciar o proprietário por não estar usando o imóvel e se apropriar do mesmo.

A taxa do apartamento varia conforme a renda da família, oscilando de R\$100 a R\$300 reais. Além da taxa de apartamento, o morador arca com a conta de água e luz. Os moradores da área do perpétuo socorro não pagam taxa do imóvel, já o aluguel varia entre R\$200 a R\$300 reais com a energia inclusa. A prioridade da titulação dos apartamentos é no nome da mulher, seja ela solteira ou casada, provendo a moradia para a mulher e seus filhos em caso de separação.

Assim os efeitos territoriais nas áreas de ressacas se mostraram favoráveis na recuperação da vegetação nas áreas de ressaca, sabe-se que a recuperação do ambiente

natural nunca é total, entretanto, nas análises aqui observadas e confirmadas em campo, a vegetal alcançou resultados excelentes na sua recuperação. Isso demonstra que os efeitos territoriais, a partir da contemplação do conjunto habitacional são relevantes, porém não suficientes, se não houver inspeção, pois o princípio do conjunto habitacional é prover moradia para quem não tem condições e não vender título do imóvel ao proprietário. Isto posto, o problema antes do extenso rol de legislações habitacionais para o acesso a moradia. Após a pesquisa realizada, é possível inferir que esse problema continuou e ainda contínua.

O principal ponto defendido nesta pesquisa é a implementação de um plano de necessidades a partir do cadastro das famílias. O plano de necessidades na arquitetura, trata de um levantamento prévio das necessidades do cliente, quantos quartos, os ambientes mais importantes, o projeto para quem pode pagar nunca é imposto, mas sim estudado e avaliado com o cliente, dessa forma esperasse que o mesmo ocorra com a população de baixa renda, que a partir do cadastro na SIMS, essas famílias possam ter suas necessidades ouvidas e atendidas. Por isso, muitas especulações de que os conjuntos habitacionais são descaracterizados, nessa pesquisa, demonstra que são caracterizados de acordo com as necessidades do morador que transforma o espaço físico da habitação no lugar de moradia caracterizado pelo uso efetivo no dia a dia, respondendo às suas necessidades, conforme demonstrado na capa desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Jessica. Famílias de área no Canal do Jandiá sob risco de desapropriação são cadastradas. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/familias-de-area-no-canal-do-jandia-sob-risco-de-desapropriacao-sao-cadastradas.ghtml> Acesso em: 12. Mar. 2022

AMAPÁ, **Lei nº 0835, de 27 de maio de 2004**. Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no Estado do Amapá e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=19074. Acesso em: 11 abr. 2022.

AMAPÁ, **Lei nº 0455, de 22 de julho de 1999**. Dispõe sobre delimitação e tombamento das áreas de ressaca localizadas no Estado do Amapá e dá outras providências (Revogada). Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=287#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20o%20Governo%20do,a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20meio%20ambiente. Acesso em: 11 Abr. 2022.

ARRUDA, Sergio. Canal do Jandiá transborda e limita tráfego de veículos entre a Zona Norte e o Centro de Macapá. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/03/30/canal-do-jandia-transborda-e-limita-trafego-de-veiculos-entre-a-zona-norte-e-o-centro-de-macapa.ghtml>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

AZEVEDO, Sérgio de: **Vinte e dois anos de política habitacional popular (1964- 1986): criação, trajetória e extinção do BNH**. In: Revista de Administração Pública, n 4: p. 107-119. Rio de Janeiro, 1988.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo, Perspectiva. 2001.

BRASIL, **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos. Por uma cultura de Direitos Humanos: Direito à moradia adequada**. Brasília, 2013. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.** Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL, **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14380.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL, **Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.** Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BONDUKI, Georges Nabil. **Origens da habitação social no Brasil.** Análise Social, vol.XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), p. 711-732. Disponível em:

http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=14. Acesso em: 03 nov. 2021.

CARVALHO, Bianca Moro. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá.** Curitiba: Appris, 2020.

CORDEIRO, Kevin; MARSUNAGA, Melissa. **Projetos habitacionais empreendidos pelo Poder Público em Macapá-AP: DE 1943 a 2018**. Anais XVIII ENANPUR, 2019.
COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. Brasil. Documento síntese. Rio de Janeiro: Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo, 1979.

CORRÊA, Lobato. **O espaço urbano**. 1989.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FAJER, Roberta Fajer; ARAÚJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés. **Importância do diário de campo nas pesquisas qualitativas com metodologia de história oral**. XII SEMNA CIENTIFICA UNILASSALLE-SEFIC. Canos,RS, 2016.

FIGUEIREDO, Fabiana. Justiça determina demolição de quase 400 casas em área do aeroporto de Macapá. **G1**, 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/justica-determina-demolicao-de-quase-400-casas-em-area-do-aeroporto-de-macapá.ghtml>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FREIRES, Jorge; RIBEIRO, Edson. De cada 10 habitantes, 9 não tem rede de esgoto em Macapá, aponta pesquisa. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/09/20/de-cada-10-habitantes-9-nao-tem-rede-de-esgoto-em-macapá-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 21 março. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano-Macapá**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1973.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório do Déficit habitacional no Brasil, 2016-2019**, v. 2, 2021.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: Princípios e práticas**. Editora vozes. 2019.

GRUNBILF, Brasil. **Plano Urbanístico da Cidade de Macapá: plano de desenvolvimento urbano**. São Paulo: Grunbilf, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados subnormais. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=16119&t=acesso-ao-produto>. Acesso 01. fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados subnormais. 2019. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso 01. fev 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em: 05 mar. 2022.

LORENZETTI, Maria. **A questão habitacional no Brasil**. Consultoria legislativa da Área XIII Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transporte. Brasília, julho.2001. Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1469>. Acesso em: 13 maio 2022.

MACAPÁ, **Lei Complementar nº 29, de 24 de junho de 2004**. Institui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ap/m/macapa/lei-complementar/2004/3/29/lei-complementar-n-29-2004-institui-as-normas-de-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-macapá-e-da-outras-providencias?q=ressaca>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACAPÁ, **Lei Complementar nº 30, de 24 de junho de 2004**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ap/m/macapa/lei-complementar/2004/3/30/lei-complementar-n-30-2004-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-urbano-do-municipio-de-macapá-e-da-outras-providencias?q=ressaca>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACAPÁ. **Plano Diretor de Macapá. 1990**. ENDESUR. v. I

MACAPÁ. **Plano Diretor de Macapá. 1990**. ENDESUR. v. III

MALDANER, Talisa; SANTIN, Janaína Rigo. **A importância do Estatuto da Cidade na busca por cidades mais justas**. Seminário Internacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade Contemporânea. 2015, Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13065> Acesso em: 13 mai. 2022.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3ºed.Petropolis. Vozes, 2000.

MARTINEZ, Gustavo Favaretto; PIGIONI, Marcelo Batista; BRUNELLI, Mayra Martins; BARON, Cristina Maria Perissinotto. **Habitação de Interesse Social: as tipologias habitacionais e o seu reflexo na produção da cidade através do programa minha casa minha vida**. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, Presidente Prudente, 2013.

MARICATO, Ermínia. Brasil cidades: alternativas para crise urbana. 7.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Proposta popular de emenda ao projeto de constituição**. 2015. Disponível em: <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2015/07/proposta-popular-de-emenda-ao-projeto-de-constituic3a7c3a3o-1988.pdf>. Acesso em 25 de març. 2022.

MARTINS, Victor Hugo Teixeira. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina - PR**. 2007. 175p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento do Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_8a82e7c2bbd7953e30142fd850ae02b8. Acesso em:01 mar. 2022.

MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Políticas de Habitação**. Repositório IPEA, 2018.

Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8628/1/Pol%C3%ADticas%20de%20habita%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 05. abr. 2022.

MASTRODI, Josué; ZACCARA, Suzana Maria. **O que é “moradia” do programa minha casa minha vida?**. Revista de Direito da Cidade, v.8,nº3, p. 859-88, 2016.

Disponível em: [https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/22506#:~:text=Moradia%20pela%20conces)

[publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/22506#:~:text=Moradia%20pela%20conces%C3%A3o%20de%20propriedade](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/22506#:~:text=Moradia%20pela%20conces%C3%A3o%20de%20propriedade). Acesso em: 01 mar. 2022.

MONTEIRO, A. R. e VERAS, A. T. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16. ISSN 1984-2201. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2022. Doi: <https://doi.org/10.4215/RM2017.E16015>

NASCIMENTO, DOUGLAS. Vila Maria Zélia. Instituto São Paulo, 2019. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>. Acesso em: 03. nov. 2021.

NERI, Sara Heloiza Alberto. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. 173p. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, I. A. S.V. **Habitação responsiva – uma abordagem alternativa à problemática da pré-determinação funcional moderna na habitação colectiva contemporânea**. 198 p. Dissertação. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

PORTILHO, Ivone. Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP. *in*: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA,6; SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA,2. Universidade de Coimbra,n.6,2010. **Anais[...]** Portugal, maio 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. *In*: PEREIRA, Elson (Org.) **Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis Vozes, 2007.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas, UFSM. V.36 n.2. 2014, p.201-213.

SANTOS, Herondino Filho. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região metropolitana de Macapá-APSA utilizando imagens do satélite CBERS-2B**. 141p. Dissertação. Coordenação do curso de mestrado em modelagem matemática e computacional, Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Naiara Videira. **Direito à cidade e a política habitacional: análise do conjunto habitacional de moradia popular “Residencial Macapaba” na cidade de Macapá-AP**. 2017, 182 p. Monografia (Mestre em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará.

SANTIAGO, Abinoan. Vítimas de incêndio invadem área da tragédia no bairro Perpétuo Socorro. G1. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/12/vitimas-de-incendio-invadem-area-da-tragedia-no-bairro-perpetuo-socorro.html#:~:text=O%20inc%C3%AAndio%20atingiu%2026%20mil,das%20chuvas%20e%20da%20mar%C3%A9>. Acesso em: 05. Mar. 2022

SILVA, Edilene Lira da. **O negócio chamado favela: mercado imobiliário em espaços palafíticos Amazônidas**. 132p. Dissertação. Mestrado em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUZA, Luana Rocha de. **Cartografia das controvérsias: entre ação direta e luta institucional na produção de uma ocupação informal em palafitas na cidade de Macapá (AP)**. Volume 2. 2017. 257p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TAKIYAMA, Luís Roberto [et al.]. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá: relatório técnico final**. /Luís Roberto Takiyama. Macapá: IEPA, 2012.

TIMM, Juliane Aimé. **Habitações operárias no Brasil: Arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do Século XX**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2015.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: J.A, 2006.

TOSTES, José Alberto, DIAS, Simone Ferreira. **As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia**. In: Anais do IV Enanparq, Porto Alegre, 2016.

TOSTES, José Alberto. **Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto Habitacional Macapaba**. Atas de Saúde Ambiental (São Paulo, online), ISSN: 2357-7614 – Vol. 4, JAN-DEZ, 2016, p. 1-21.

VALLADARES, Lícia. **A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais**. Revista Brasileira de ciências sociais, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/abstract/?lang=pt> Acesso: 04 Abril.2021

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

WEISER, Alice Agnes e TOSTES, José Alberto. Planos urbanos de Macapá (AP): Grumbilf do Brasil, In GUIMARÃES, Danielle Costa; SILVA, Marcelle Vilar da;

LUCAS, Cristina Maria Baddini (Org) Amazônia urbana em questão: Macapá 75 anos de capital, Livro 2. Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

WHITAKER, João Sette. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano.** Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. LABHAB, 2012. 200 p.

WHITAKER, João. Avanços e recuos na questão urbana rumo ao habitat III. *In:* BALBIM, Rebato. **Geopolítica das cidades:** velhos desafios, novos problemas. Brasília: Ipea, 2016. p. 67-76.

ZICCARDI, Alicia. Pobreza y Exclusión Social em las Ciudades Del Siglo XXI. *In:* ZICCARDI, Alicia (org.) **Procesos de urbanización da la pobreza y nuevas formas de exclusión social:** Los retos de las políticas sociales de las ciudadeslatinoamericanas del siglo XXI. Bogotá: Clacso, 2008.

ZICCARDI, Alicia. **Las políticas y los programas sociales de la ciudad del siglo XXI.** Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2006.

TOSTES, José Alberto. Bairros da cidade de Macapá. 2020. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2020/10/bairros-da-cidade-de-macapa.html> Acesso em: 05. Mar. 2022

Anexo A - Domicílio e média de moradores nos aglomerados urbanos em Macapá/AP - 2010

Aglomerado Subnormal	Domicílios particulares ocupados em 2010	Média de moradores em domicílios ocupados em aglomerados
Baixada do Japonês	2165	4,85
Vila do Mucajá	267	5,33
Canal das Pedrinhas	156	5,22
Ressaca Beírol	112	5,02
Ressaca do Chico Dias	1479	4,44
Ressaca da Ego	455	4,18
Poço do Mato	156	4,71
Igarapé da Fortaleza	387	5,33
Ressaca do Muca	1523	4,42
Ressaca Pacoval	532	4,45
Canal do Jandiá	926	4,48
Araxá	622	4,91
Conjunto da Redenção	102	5,25
Barcelos	187	4,57
Ressaca Tacacá	901	4,47
Vale verde	578	4,66
Loteamento Liberdade	298	4,1
Lago da Vaca	223	4,49
Aturiá	87	4,55
Ressaca Novo Buritizal	843	4,57
Ressaca Congós	689	4,47
Ressaca Buritizal	136	4,49
Ressaca Nova Esperança	672	4,53
Total	13496	4,62

Fonte: Adaptado IBGE (2019).

Anexo B - Domicílio e média de moradores nos aglomerados urbanos em Macapá/AP - 2019

AGLOMERADO SUBNORMAL	ESTIMATIVA DE DOMICÍLIOS	ESTIMATIVA DE PESSOAS
22 de Julho	81	374
Açaí	210	970
Alvaro Carvalho Barbosa	214	989
Amadeu Gama	151	698
Antonio Flexa da Costa	79	365
Antonio Osmar	248	1146
Araxá	853	3941
Aturiá	84	388
Baixada CPA	64	296
Baixada da Guaranis	84	388
Baixada da Quinta Avenida	106	490
Baixada Djalma Nascimento	170	785
Baixada do Japonês	1913	8838
Baixada Dulce Estela	80	370
Baixada Francisco Alves Correa	165	762
Baixada Interativa	23	106
Baixada Roberto Freire	99	457
Baixada Secundino Campos	181	836
Benjamim Constant	74	342
Brasil Novo	177	818
Canal das Pedrinhas	156	721
Canal do Jandiá	129	596
Canal Nova Esperança	81	374
Carlos Almeida de Souza	271	1252
Conjunto da Redenção	102	471
Conjunto da Redenção 2	68	314
Dejanira Mendonça Palheta	227	1049
Equatorial	91	420
Estaleiro	223	1030
Feira do Perpétuo Socorro	164	758
Floriano Waldeck	246	1137
Francisco Alves Correa	70	323
Geriba Costa	198	915
Igarapé Fortaleza	372	1719
Infraero	284	1312
Ipê	174	804
Ivaldo Veras	143	661
Jardim Equatorial	205	947
Jesus de Nazaré	186	859
José Caetano	267	1234
Lago da Vaca	379	1751
Lago Verde	556	2569
Linha do Trem	284	1312

Marabaixo 3	132	610
Marabaixo 4	2047	9457
Marcílio Dias	115	531
Mestre Júlio	97	448
Municipalista	460	2125
Pacoval	413	1908
Parque dos Buritis	55	254
Passagem Gonzaguinha	56	259
Passarela do Lontra	43	199
Petrolina	140	647
Poço do Mato	78	360
Ressaca Beírol	110	508
Ressaca Buritizal	126	582
Ressaca Chico Dias	2035	9402
Ressaca Congós	453	2093
Ressaca da Ego	573	2647
Ressaca da Infraero	34	157
Ressaca do Muca	1994	9212
Ressaca Manoel Cardoso	29	134
Ressaca Nova Esperança	607	2804
Ressaca Novo Buritizal	773	3571
Ressaca Pacoval	651	3008
Ressaca Pacoval 2	336	1552
Ressaca Tacacá	1322	6108
São José	302	1395
São Lázaro	105	485
Seringal	185	855
Travessa Perpétuo Socorro	132	610
Universidade	57	263
Vale Verde	890	4112
Vila das Oliveiras	57	263
Vila do Matadouro	117	541
Vila Madalena	88	407
Vitória de São Lázaro	218	1007
Zeca Serra	85	393
Ramal da Aseel	30	139
Brasil Novo 2	30	139
Total	24.907	115.072

Fonte: Adaptado IBGE (2019).

Anexo C - Incêndio na ressaca do Perpétuo Socorro



Fonte: Scheibe (2016)

Anexo D – Localização das casas, no dia seguinte ao incêndio



Fonte: Scheibe (2016)